

24/09/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ministério propõe pluralismo de ideias](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Weintraub manda ofício para redes de ensino que retoma diretrizes do Escola sem Partido](#)

[PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ativista brasileira na Cúpula](#)

[MEC quer que escola combata 'doutrinação'](#)

[Gasto salarial deve cair a 70% em universidade](#)

[Gravação do 'Hino Nacional'](#)

[Colégios já pensam no Enem digital](#)

ENTENDA O QUE ESTÁ PREVISTO

[Diferenças são claras na dissertação](#)

[Anote as apostas](#)

[USP abre novas portas, mas ainda exige resistência](#)

[Medalha pode valer vaga na faculdade](#)

[Instituto Mauá de Tecnologia sai na frente com as novas diretrizes curriculares](#)

O GLOBO - RJ

[MEC propõe professores CLT nas faculdades](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Positivo avança em negociação](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Acir alerta para cortes de recursos em áreas estratégicas no Orçamento de 2020](#)

G1

[Universidade do Estado da Bahia denuncia faculdade de Rondônia por emissão de diplomas falsos em nome da instituição](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas da CNPq que podem parar](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Escolas e cursinhos já pensam no Enem digital](#)

[Com contrato CLT, governo quer limitar gasto com salários nas universidades federais](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[MEC diz ter enviado ofício a secretarias pedindo "pluralismo de ideias"](#)

G1

[UFPA recusa adesão ao programa Future-se do MEC](#)

[Número de matrículas sobe 4% e AP tem quase 50 mil estudantes no ensino superior](#)

PORTAL ISTOÉ

[Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões](#)

TERRA

[Escolas e cursinhos já pensam no Enem digital](#)

[Governo quer limitar gasto com salários nas universidades](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Ministro da Educação quer professor sem concurso em universidade federal](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[MEC quer professor sem concurso em universidade federal](#)

CLIPPING



JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Future-se vai prever carteira assinada para professor e técnicos de universidades](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer professor sem concurso em universidade federal](#)

RIC MAIS

[MEC quer professor sem concurso em universidade federal](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer professor sem concurso em universidade federal](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Estados e municípios têm até sexta para aderir a modelo cívico-militar](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Justiça derruba veto de reitor da UFF e libera ato anti-Moro](#)

PORTAL EXAME

[MEC quer professor sem concurso em universidade que aderir ao Future-se](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Universidade que aderir ao Future-se terá que contratar professor sem concurso](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Mudanças nos fundos públicos para as eleições causam insegurança](#)

GAZETA DO POVO – PR

[De 300 mil funcionários no MEC, 100 mil entraram nos anos do PT, diz Weintraub](#)

O POVO - CE

[Cândido assegura dinheiro para bolsas da UFC em 2020](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[40% SÃO PROPOSTA DE PARCELA DA UNIÃO NO FUNDEB](#)

MEIO NORTE - PI

[PI bate recorde de acesso em curso superior](#)

O DIA - RJ

[Ensino a Distância garante qualificação](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Programa Cientista Chefe, do Governo do Ceará, coloca pesquisa acadêmica a serviço da população](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC quer estimular contratação de professores universitários sem concurso, diz jornal](#)

BLOG DO JAMILDO

[Governo libera quase R\\$ 800 milhões em emendas parlamentares](#)

CAMAÇARI NOTÍCIAS

[MEC quer estimular contratação de professores universitários sem concurso](#)

CORUMBÁ ON LINE

[MEC : universidades terão de contratar professor sem concurso](#)

FORBES

[O caminho para mestrado e doutorado no exterior está mais curto](#)

JORNAL PEQUENO - MA

[Governo libera quase R\\$ 800 milhões em emendas parlamentares](#)

MIX VALE

[PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão](#)

PORTAL DO HOLANDA

[PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão](#)

RONDONOTÍCIAS - RO

[Professor sem Concurso poderá ser contratado após adesão ao Future-se](#)

TRIBUNA DO PLANALTO - GO

[Governo libera quase R\\$ 800 milhões em emendas parlamentares](#)

G1

[IFNMG abre vagas para cursos técnicos e superiores em várias cidades de Minas Gerais](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Ministério propõe pluralismo de ideias

O Ministério da Educação encaminhou ontem um ofício para as secretarias estaduais e municipais com orientações e diretrizes a serem adotadas no ensino público. Batizado de Escola de Todos, o documento sugere a adoção de medidas com o objetivo de garantir o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, [e] à automutilação e a não exposição a propagandas político-partidárias dentro das instituições de ensino”. De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a ideia é criar um ambiente de acolhimento nas escolas.

No documento, o MEC lista cinco direitos dos alunos, entre eles o direito de “ter um ensino com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância, de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas”. Também enfatiza o direito de o aluno não “ser prejudicado por sua história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas” e não “ser submetido a uma comunicação comercial inadequada — como propagandas político-partidárias — no ambiente escolar”.

O ofício ainda recomenda que “professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça”. Segundo o ministro, o ofício apenas destaca aspectos já previstos em lei e não é impositivo. Cada secretaria estadual e municipal de Educação deverá avaliar a possibilidade de implementar as sugestões.

Weintraub defendeu a necessidade de pacificar a sala de aula e criticou a existência de militância política nas escolas. “É buscar uma pacificação do ambiente escolar, paz, deixar a militância fora das escolas. Pode-se falar de política de uma forma plural, civilizada, não impositiva”.

“O objetivo é dar um ambiente acolhedor para as crianças, diminuir o bullying, melhorar os indicadores educacionais, reduzir a automutilação e o suicídio, preservando o direito das pessoas se expressarem dentro do que é um ambiente civilizado, normal, sem excessos. Evidentemente tem alguns vídeos que mostram excessos e excessos têm que ser coibidos. É plural, tem que contar várias versões, não pode falar só de um lado”, disse. (Agência Brasil)

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Weintraub manda ofício para redes de ensino que retoma diretrizes do Escola sem Partido

Documento destaca que o ensino deve ser baseado no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas

Brasília

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou um ofício nesta segunda-feira (23) para as secretarias de Educação do país em que dá orientações sobre o respeito a crenças religiosas, pluralismo de ideias e sobre o veto de propagandas partidárias nas salas de aula.

Os temas abordados no ofício remetem ao que é preconizado pelo movimento Escola sem Partido, que quer limitar o que os professores falam na sala de aula sob o argumento de que há uma extensa doutrinação de esquerda nas escolas brasileiras.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/weintraub-manda-oficio-para-redes-de-ensino-que-retoma-diretrizes-do-escola-sem-partido.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão

Universidade terá seis novos cursos para o vestibular deste ano

São Paulo

A PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo criou seis novos cursos de graduação com vagas disponíveis já para o vestibular deste ano.

Quatro deles farão parte da recém criada Faculdade de Estudos Interdisciplinares, que começa a funcionar em 2020 no campus Monte Alegre, em Perdizes (zona oeste de SP): ciência de dados e inteligência artificial; gestão de práticas inclusivas; tecnologia e processos gerenciais; e políticas públicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/puc-sp-abre-cursos-de-jogos-digitais-ciencia-de-dados-e-inclusao.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ativista brasileira na Cúpula

Ativista brasileira discursou na Cúpula do Clima da ONU e pediu ações urgentes às autoridades

ENVIADA ESPECIAL / NOVA YORK

Paloma Costa, de 27 anos, coordenadora de clima da ONG Engajamundo, falou aos líderes mundiais ao lado da sueca Greta Thunberg.

Apesar de o governo brasileiro ter ficado de fora das declarações oficiais de autoridades durante a Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que não apresentou nenhuma proposta de aumentar suas ambições no combate às mudanças climáticas, uma jovem brasileira teve a chance de se manifestar ontem. E em um espaço de honra.

Após a abertura oficial da cúpula pelo secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, a ativista Paloma Costa, de 27 anos, estudante de Direito da Universidade de Brasília, coordenadora de clima da ONG Engajamundo, que só trabalha com jovens, se dirigiu aos líderes mundiais ao lado da mais popular das jovens ambientalistas, a sueca Greta

Thunberg.

Paloma, que também é membro do Instituto Socioambiental, lembrou em sua fala o líder indígena Ailton Krenak. “Os povos indígenas vêm resistindo há anos. E nós? Vamos ser capazes de resistir?”, indagou sobre a capacidade da humanidade de se adaptar às transformações que o planeta vem sofrendo.

Mas, disse ela, usando brincos indígenas (para lembrar aqueles que quase não estão presentes na ONU), a juventude está mobilizada: “Não vamos trabalhar com empresas que desmatam, não vamos ficar quietos. Já mudamos nossos hábitos, mas vocês não estão seguindo a gente”, desafiou Paloma.

Em seu discurso, a ativista lembrou que o mundo assistiu horrorizado às queimadas da Amazônia. Segundo Paloma, todos oraram pela floresta e pelos povos indígenas, mas faltam ainda ações concretas.

“Precisamos ver a Amazônia pegando fogo para agir? Desde a minha primeira greve climática, meio bilhão de árvores foram destruídas na Amazônia, e as pessoas me perguntam se eu tenho medo de defender a floresta. Os defensores do meio ambiente estão em risco, mas eu não tenho medo. Eu tenho medo de morrer por causa da crise do clima.”

Educadora ambiental e cicloativista, Paloma tem um projeto chamado Ciclimáticos no Brasil, por meio do qual ela já percorreu, de bicicleta, mais de 500 km por comunidades já afetadas pela mudança do clima, como populações indígenas.

Sensibilização. Como parte da Engajamundo, ela ajudou a organizar a cúpula jovem do clima, que ocorreu paralelamente à cúpula principal, e foi escolhida pessoalmente pelo secretáriogereral da ONU para abrir o evento. “Acredito que fui escolhida, considerando esse momento da crise ambiental do Brasil, justamente por ser brasileira, mulher e trabalhar com povos indígenas”, disse ao Estado depois de falar à assembleia.

Paloma contou que buscou na própria experiência uma forma de conseguir emocionar os líderes mundiais. “Sei que há índios aqui neste momento, mas quantos são? Cadê eles nos espaços de decisão? Cadê a gente? O governo brasileiro disse que não vai revisar suas metas (de redução de emissões de gases de efeito estufa). Mas nós estamos no Brasil, fazendo nossa parte, não dando desculpas”, disse a ativista.

Ela, que vem trabalhando em projetos de educação climática para crianças e adolescentes, disse que tenta levar ao Ministério da Educação (MEC) uma proposta de incluir a metodologia no currículo. “Nossos líderes vêm aqui e não encaram de forma séria a questão climática. Como se já não estivesse afetando a gente”, afirmou. Ela lembrou que, no caso do Brasil, falar em floresta e em clima são coisas conectadas. “Pensar em uma economia florestal vai ajudar na questão climática”, disse Paloma. “Manter a floresta em pé é que vai garantir a soberania”, afirmou.

Sueca. Ao lado de Paloma, a sueca Greta Thunberg também discursou. “Como vocês ousam?”, perguntou, sobre a inação dos países em reduzir emissões de gases de efeito estufa. “Isso tudo está errado, eu não deveria estar aqui, deveria estar na escola do outro lado do oceano. Vocês roubaram os meus sonhos e minha infância com palavras

vazias”, disse. Greta começou em agosto do ano passado um movimento silencioso, faltando às aulas nas sextas-feiras para pedir ao governo sueco ações mais efetivas. Seus atos influenciaram jovens em todo o mundo, que engrossaram as chamadas “Fridays for Future”.

“O mundo inteiro orou pela floresta e pelos povos indígenas, lutando por sobrevivência. Nós não precisamos de orações, precisamos de ações.” Paloma Costa

ATIVISTA BRASILEIRA

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer que escola combata ‘doutrinação’

Ministério envia ofício a secretarias instituindo o Escola de Todos, com defesa do ‘pluralismo de ideias’ e crítica de ‘propaganda partidária’

BRASÍLIA

O MEC enviou ofício a Estados e municípios definindo que as escolas adotem “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” e evitem “propaganda político-partidária”. Segundo o ministro Abraham Weintraub, o Escola de Todos frisa que cabe ao professor “lecionar, não doutrinar”.

O Ministério da Educação (MEC) informou ter encaminhado para secretarias municipais e estaduais de educação e para entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e evitem “propaganda político-partidária”. O projeto, que destaca que aos professores cabe “ensinar, não doutrinar”, foi denominado pelo ministério como Escola de Todos.

As diretrizes apresentadas (veja ao lado) pelo governo guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido – embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. “É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões”, justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que “excessos de qualquer parte” sejam proibidos. “Não é para pegar professores. É para pegar excessos”, completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. “Não é correto puxar para um lado”, frisou o ministro. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no País ou se o nazismo era de direita ou de esquerda, o ministro afirmou que caberá ao professor “lecionar, não doutrinar”.

Ele procurou estabelecer relação entre o pluralismo de ideias e a paz escolar. E citou como exemplo um aluno com convicções ideológicas diferentes da maioria dos colegas que teria cometido suicídio. O combate à prática e ao bullying fazem parte da proposta. O ministro procurou afastar, porém, a relação entre o documento e o Escola sem Partido. Esse movimento político foi criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o

país pelo advogado Miguel Nagib e tem como foco evitar a

“doutrinação em sala de aula”. “O nome do documento é Escola de Todos. Que fique bem claro”, completou. Weintraub não esclareceu se o comunicado abre espaço para eventual proposta de lei sobre o tema. “Queremos uma escola de paz.”

Legislação. Em sua página oficial, o MEC destacou cinco direitos

dos alunos, incluindo o de que “professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante”. Segundo o ministério, o texto não inova, mas deixa claras legislações já vigentes.

Para a presidente executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, “não há nenhum estudo” que mostre existir doutrinação na escola. “A evidência que temos é que a relação aluno e professor é determinante para o aprendizado. E isso pode estar sendo rompido por uma medida sem evidência.” Ela também critica o envio do ofício sem diálogo prévio com municípios e Estados.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Gasto salarial deve cair a 70% em universidade

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões – são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, “vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público”. O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou ontem que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. “A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal”, disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

OS. Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Gravação do 'Hino Nacional'

No início do ano, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez enviou uma carta oficial do governo a diretores de escola de todo o País, sugerindo a leitura de um texto com slogan da campanha de Bolsonaro, seguida do Hino Nacional. Os alunos deveriam ser filmados e a gravação, enviada ao MEC.

A mensagem causou reação no meio educacional. O Conselho de Secretários Estaduais disse que a recomendação feria a autonomia dos entes da Federação e algumas pastas indicaram que não seguiriam a proposta. Vélez Rodríguez teve de abrir mão do slogan e indicar que gravações “precisam ser autorizadas”. Posteriormente, deixou o cargo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Colégios já pensam no Enem digital

Escolas e cursinhos usam recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional para preparar alunos para a mudança do modelo em papel

ESPECIAL PARA O ESTADO

A aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019 custará R\$ 500 milhões, segundo o Ministério da Educação (MEC). Além da impressão, há a logística de distribuição e recolhimento das provas pelo País. Essa realidade começa a mudar em 2020, com a aplicação do exame digital para 50 mil alunos. A cada ano, o número de estudantes aumentará, até a aplicação do modelo digital para todos em 2026.

Mudanças exigem tempo de adaptação, e os colégios de São Paulo já estão pensando na preparação dos alunos para essa nova prova, usando recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional. Tecnologias como lousas digitais interativas, salas de informática de última geração e laboratórios equipados se tornaram comuns em escolas privadas.

“Há décadas, o Objetivo é adepto do uso do digital em seu ensino e, portanto, a mudança do Enem estará inserindo o aluno em uma prática que ele já vivencia”, diz Vera Antunes, coordenadora pedagógica do colégio. O Objetivo possui sala de robótica, rádio e TV, e os estudantes têm acesso a conteúdos e tarefas diárias online.

O Colégio Rio Branco também usa sistemas online tanto para estudo quanto em exames. “Uma boa formação pressupõe o preparo para diferentes desafios. Além do uso de plataformas digitais para o trabalho dos alunos do fundamental e do médio, a prática com provas digitais também favorece os estudantes”, diz Ana Carolina Carmo Han, coordenadora de Projetos e do Préuniversitário da instituição. No 3.º ano do médio, a escola trabalha com a plataforma Ari de Sá (SAS), que dá suporte digital ao aluno por meio de navegação personalizada, com base em seus resultados em simulados. Além disso, a escola trabalha com inteligência de dados com a plataforma Eduqo, para a geração de informações que possam ser usadas posteriormente.

“O Enem digital segue uma tendência mundial. O SAT (Estados Unidos) e o Gaokao (China), grandes exames de admissão no ensino superior, já usam esse formato, além do impresso”, afirma Ademar Celedônio, diretor de Ensino e Inovações Educacionais do SAS, que oferece a cerca de 780 escolas a ferramenta Tarefa On-line, com questões de todas as disciplinas. “O formato digital é mais facilmente absorvido pelos jovens do século 21, por causa da forte inserção de telas nessa geração”, diz.

Desafios. Para a coordenadora do Rio Branco, diante dos desafios da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do ensino médio, saber o que será do Enem a partir dessas novas diretrizes é o que tem mais relevância. “O Enem digital não significa necessariamente a ruptura com outras formas de avaliação, e implicações pedagógicas precisam ser consideradas com critério. Esse é um tipo de avaliação, com um suporte de mídia digital. Atualmente, tem se percebido novas e diferentes formas de avaliar candidatos ao ensino superior, indo além de provas

de múltipla escolha.”

Giba Alvarez, diretor do Cursinho da Poli e presidente da Fundação PoliSaber, lembra que a tecnologia é o meio, e não o fim. E completa: “Além disso, deve-se respeitar as especificidades. As metodologias para online são diferentes das presenciais. Gravar uma aula e pôr na rede não resolve porque desrespeita o estudante. Se mudar o formato da aula, necessariamente terá de mudar a metodologia”.

Ele defende processos híbridos, com uso de tecnologia para atingir os objetivos estabelecidos no planejamento de aula, complementando explicações presenciais. “Os recursos tecnológicos chegaram para ficar. O importante é usá-los da melhor forma possível”, diz. “Essas tecnologias ajudam, e muito, como complemento das atividades presenciais. Diminuem custos e possibilitam o atendimento de várias pessoas ao mesmo tempo.”

O Colégio Palmares também trabalha com os dois juntos. “O Palmares trata essa mudança de forma gradativa, inserindo a tecnologia no dia a dia com pequenas avaliações digitais, sem deixar de lado o modo tradicional do papel”, afirma Edson D’Addio, diretor do Colégio Palmares, lembrando que a escola não capacita o aluno para fazer um exame específico, e sim para todas as formas possíveis de avaliação.

“Hoje treinamos com simulados impressos, grifando os textos e realizando cálculos, marcações e anotações na própria prova, o que será inviável no novo modelo”, acredita David Nusbaum, aluno do 3.º ano do ensino médio do Colégio Poliedro. “O Enem já é uma prova cansativa, com muitos textos longos, o que exige uma grande capacidade de concentração e foco do candidato. Executar essas tarefas em uma tela de computador torna a prova mais cansativa ainda”, afirma o jovem.

O coordenador do Poliedro Campinas, Vitor Ricci, lembra que essa cultura digital ainda tem de ser criada, mesmo que os jovens tenham um contato frequente com a tecnologia em casa ou na escola – no Poliedro, por exemplo, desde o fundamental o aluno já tem contato com o tablet. “Considerando que os alunos estão treinados desde o fundamental até o pré-vestibular para fazer uma prova no papel, que é um jeito totalmente diferente do que no computador, tudo isso precisa ser muito bem pensado. Temos de entender como vai funcionar. Só assim vamos trazer essa realidade para os alunos.”

Segundo Ricci, a perspectiva do exame digital causou certo receio nos alunos, ainda mais por ele abrir várias oportunidades pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que leva em conta as notas do Enem para o ingresso em universidades de todo o País. “Porque é algo novo e também por eles não saberem se tudo vai correr bem durante prova, se não terão nenhum tipo de problema com o computador, com a rede”, conta.

“Tudo isso causa insegurança em uma situação na qual eles já estão nervosos com os vestibulares, com o resultado de uma prova que tem um peso muito grande para eles ao longo do ano.”

Interatividade. Conexão estável e disponibilidade de computadores em larga escala para a realização do Enem digital são outros desafios a serem enfrentados, de acordo com os entrevistados. Em contrapartida, a tecnologia promove práticas sustentáveis e abre novas possibilidades nas questões. “A longo prazo, o Enem digital é uma excelente proposta, pois representará uma economia nas impressões da prova e maior interatividade durante o exame, a partir do uso de recursos audiovisuais”, acredita Vinícius Ramos Tessari, estudante do Colégio Etapa, que usa a plataforma Khan Academy, por exemplo, para o ensino da Matemática.

Segundo Marcelo Dias, coordenador do Etapa, o novo modelo do exame terá resultados significativos se as escolas se modernizarem em termos de tecnologia e formação de professores. “Há a possibilidade de customização do exame de acordo com a área de formação do estudante e ainda é possível tornar a prova mais moderna a partir do uso de recursos como vídeos, infográficos animados, gamificação e inteligência artificial, por exemplo. Essas ferramentas poderão enriquecer os enunciados da prova”, afirma.

Além do uso de plataformas digitais com os alunos do ensino fundamental e médio, a prática com provas digitais também favorece os estudantes Ana Carolina Carmo Han,

coordenadora do Rio Branco

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL ENTENDA O QUE ESTÁ PREVISTO

O piloto do Enem digital tem sua primeira aplicação prevista para 2020. Apenas 50 mil pessoas, residentes do Distrito Federal e de 14 capitais – entre elas, São Paulo e Rio de Janeiro –, vão fazer o exame na nova modalidade já no próximo ano.

Inscrição

Os participantes terão a opção de escolher entre o formato digital e a prova tradicional. Por ordem de inscrição, as 50 mil pessoas que optarem pela prova online serão selecionadas. As demais farão o exame em papel.

Exame

Segundo o MEC, os participantes realizarão os cadernos de disciplinas da prova e a redação online em uma plataforma criada pelo Inep. A prova digital será aplicada só em postos autorizados pelo MEC. O candidato terá de ir até uma escola ou universidade conveniada ao Inep para realizar o Enem no novo formato. Portanto, não será possível fazer as provas com um computador particular. As datas do exame online também serão diferentes:

o Enem digital ocorrerá em 11 e 18 de outubro de 2020, enquanto as provas em papel serão realizadas nos dias 1º e 8 de novembro.

Resultado

Com a eliminação dos cartões-resposta e folhas de Redação, toda a prova do candidato estará computadorizada, acelerando a correção.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Diferenças são claras na dissertação

Textos escritos no Enem e na Fuvest têm abordagem e formato bem distintos.

Estar bem informado ajuda nos dois exames

A Redação causa insegurança em muitos vestibulandos, preocupados em cumprir as exigências para uma boa nota. Para quem vai prestar Enem e Fuvest, a preparação precisa ser específica, pois cada prova tem suas particularidades.

Segundo o professor de Redação, Felipe Leal, do Anglo Vestibulares, as principais diferenças entre os dois textos giram em torno dos assuntos cobrados e dos tipos de conclusão. “Os temas da Fuvest costumam ser mais gerais e filosóficos. De modo geral, têm relação com discussões da Sociologia e da Filosofia contemporâneas. Já os temas do Enem se referem a problemas presentes na realidade brasileira, especialmente no que se refere a direitos garantidos pela Constituição”, explica o professor.

Para uma boa dissertação, é necessário estar bem informado sobre assuntos da atualidade. “Tenho buscado ler muito os jornais, principalmente os editoriais”, conta Thiago Tertuliano, aluno do Objetivo que tenta uma vaga em Medicina. “Também sempre estou em contato com as notícias e busco estar a par dos acontecimentos que podem ser cobrados pelos vestibulares na Redação.”

No Enem, temas relacionados às questões culturais, memória e cidadania têm chances de aparecer, bem como assuntos de ecologia, sustentabilidade e energias renováveis. “A base é sempre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o uso racional dos recursos ambientais para se pensar em um futuro mais respeitoso e digno”, afirma Gabriela de Araújo Carvalho, coordenadora de Redação do Curso Poliedro

Ela recomenda ainda o estudo de acentuação, pontuação e concordância, além de atenção à norma culta. “É preciso evitar as marcas de oralidade, as expressões informais usadas no cotidiano.”

NO ENEM, PROPOSTA DE INTERVENÇÃO AUMENTA NOTA

O Estado de S. Paulo 24 Sep 2019

Treino semanal

Toda semana faça um texto dissertativo. “É essencial praticar as redações de temas de anos anteriores. Assim, o aluno conhecerá o perfil da prova”, diz Gabriela de Araújo Carvalho, coordenadora de Redação do Poliedro. “É fundamental treinar o tempo, assim como se habituar ao limite de 30 linhas.”

Visão geral da prova

Na prova, separe 15 minutos para ler a proposta da redação e 45 minutos para escrever o texto no fim. “Assim, é possível refletir mais sobre o tema, além de eventualmente

aproveitar algum conteúdo das questões que possa estar relacionado ao tema”, explica Felipe Leal, professor de Redação do Anglo.

Ideias de solução

As propostas de intervenção representam 1/5 da nota de Redação no Enem, ou 200 dos mil pontos totais. “Procure identificar problemas relacionados ao tema, demonstre suas causas ao longo do texto e, na conclusão, apresente propostas que se relacionem com esses problemas e causas”, ensina Leal.

Repertório amplo

“Utilizar citações da música e literatura nacional pode ajudar o estudante a fazer uma analogia ao tema e elaborar uma boa argumentação”, explica Gabriela. O professor do Anglo indica ainda que o uso do conhecimento obtido em outras disciplinas ao longo do texto de Redação: “Citações de História e Geografia são muito bem-vindas”.

FUVEST VALORIZA ESTILO PRÓPRIO E REFERÊNCIAS

O Estado de S. Paulo 24 Sep 2019

Abordagem analítica

“Diferentemente do Enem, a Fuvest não apresenta um problema a ser resolvido, mas em geral uma situação a ser observada”, explica Gabriela de Araújo Carvalho, coordenadora de Redação do Poliedro. Pense em possíveis causas e consequências para desenvolver no texto.

Estilo original

Evite fórmulas ou modelos de redação. “O tipo de texto e o perfil de correção da Fuvest valorizam a originalidade tanto na abordagem quanto no estilo”, ressalta Felipe Leal, professor de Redação do Anglo.

Citações de autores

Use citações porque elas têm força argumentativa e demonstram um amplo repertório cultural. Autores como Zygmunt Bauman e Byung-Chu Han ajudam a compreender os temas tradicionalmente formulados pela Fuvest, diz Leal.

Exemplos atuais

Transforme o caráter abstrato ou filosófico dos temas em algo mais palpável. “Para se posicionar e comentar de forma mais clara, é interessante começar elencando exemplos concretos da atualidade e da história”, afirma o professor do Anglo.

Bom encadeamento

Mantenha um fio condutor interessante. “Saiba o que pretende defender e como conduzirá o leitor pelo seu raciocínio”, recomenda Gabriela, do Poliedro. “O texto

precisa ser sintetizado de forma atraente, contribuindo para sua coerência”, conclui Leal.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Anote as apostas

Para incluir no seu planejamento de estudo, conheça os assuntos mais cobrados nos dois exames ao longo dos últimos dez anos

O que mais cai na Fuvest e no Enem? A dúvida pode ter resposta no levantamento feito pelo SAS. A plataforma de educação reuniu os assuntos mais cobrados de 2009 a 2018 – os temas estão nas tabelas acima.

Português. O Enem foca muito mais em questões de interpretação de texto do que Literatura ou Gramática. Ademar Celedônio, diretor de Ensino e Inovações Educacionais do SAS, acredita que na prova também possa ser pedida a análise de obras literárias clássicas, como as de Machado de Assis ou dos escritores da geração de 1922. Em todas as edições do Enem, o autor mais citado é Carlos Drummond de Andrade, o que inclui o escritor entre as apostas certas.

“É necessário atentar-se ao estudo dos gêneros textuais, como artigo, editorial, notícia e resenha, pois questões sobre esses formatos tendem a ser

mais técnicas”, diz Celedônio. “Textos que falem das mídias sociais e da influência da mídia na sociedade não serão surpresa, já que o debate sobre tecnologias digitais e novos meios de comunicação no dia a dia está em voga não é de hoje.”

Na Fuvest, questões que exigem interpretação de textos são as mais recorrentes, com textos jornalísticos e das obras literárias indicadas para o vestibular. “Por a Fuvest trabalhar com a lista de leitura obrigatória, há grande quantidade de questões que abordam os movimentos literários dos quais fazem parte essas obras”, diz Caê Lavor, gerente executivo de Avaliações e Conteúdo Digital do SAS. “Esses dois temas preenchem quase 70% das questões de Língua Portuguesa que a Fuvest já trouxe em seu vestibular.”

Matemática. De acordo com Celedônio, no Enem é muito mais provável o aluno se deparar com geometria ou aritmética básica do que matriz. Com base nos últimos anos, porcentagem, cálculo de juros, análise de gráficos e tabelas podem dominar a prova. Funções, análise combinatória e probabilidade estão entre os poucos assuntos do ensino médio que caem no exame.

Se o Enem traz situações problema para incluir os conteúdos, a Fuvest usa questões mais diretas, testando o conhecimento do aluno sobre os conteúdos. “Trigonometria e Geometria são os assuntos mais abordados e trazem conceitos que o aluno vê desde o ensino fundamental, culminando com certo aprofundamento no ensino médio”, explica Lavor. “Funções é um conteúdo que também aparece bastante na Fuvest, na mesma frequência que no Enem.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

USP abre novas portas, mas ainda exige resistência

Uma das formas de entrar na disputada universidade, exame cobra conteúdo e equilíbrio físico e mental

ESPECIAL PARA O ESTADO

Por 40 anos para entrar na Universidade de São Paulo (USP) havia apenas o exame da Fuvest. Em 2016, a universidade passou a aceitar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que considera as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na edição passada, a Fuvest fez mudanças significativas, que vão da inscrição por cotas a menos um dia de prova. Agora, a universidade tem outra novidade: as vagas destinadas a estudantes classificados em olimpíadas acadêmicas nacionais e internacionais.

Apesar do aumento nas portas abertas para a USP, o exame da Fuvest ainda exige resistência física e mental, além de muito conhecimento teórico. “As mudanças não mudam o estilo da prova e das questões, quando comparamos com as provas anteriores. Portanto, o modo de preparação se mantém”, explica Giba Alvarez, diretor do Cursinho da Poli e presidente da Fundação PoliSaber. “A Fuvest exige um bom conhecimento das disciplinas. É fundamental que o aluno estude, faça simulados para saber o estilo das questões, faça redação desde já e resolva integralmente as provas dos últimos cinco anos pelo menos.”

Desde a edição passada do exame, algumas novidades estão valendo no vestibular da USP: a inscrição por modalidades (para estudantes de escolas públicas e cotas raciais), a tecnologia de reconhecimento facial dos alunos nos dias de prova, a extinção da reescolha e o fim da prova de conhecimentos gerais na segunda fase. “A prova não ficou mais ou menos difícil, apenas justa e equilibrada. As dificuldades para o aluno não mudaram. Ele continuará precisando ter domínio e muito conhecimento sobre a prova”, afirma Vera Antunes, coordenadora pedagógica do Colégio Objetivo.

Segundo Marcio Guedes, coordenador do Curso Poliedro de São José Campos, o vestibular da Fuvest não sofreu uma alteração negativa, tampouco tão radical. “No fundo, a cobrança, as exigências, o preparo, o conteúdo, a habilidade de resolver a prova, que exige 3 minutos por questão, e a boa elaboração da prova dissertativa, que é bem mais complexa, ainda permanecem os mesmos”, diz Guedes.

Menos um dia. A aluna Maria Fernanda Storion, que há dois anos se prepara no cursinho pré-vestibular do Anglo para disputar uma vaga em Medicina na USP, conta que seu estudo ficou mais focado em certas disciplinas com o fim da prova de conhecimentos gerais na segunda fase. “Vou responder a questões de Biologia, Química e Geografia”, comemora. “Também posso priorizar mais Português, que é metade da segunda fase, em vez de matérias em que tenho dificuldade e não são tão ligadas ao meu curso, como Matemática e História.” Fernando Kruglensky Lerner, aluno do 3.º ano do ensino médio do Colégio Palmares, acredita que a redução no número de dias ajuda os estudantes a enfrentarem a maratona de provas do fim do ano. “Muitos prestam vários vestibulares. Assim, o aluno consegue fazer as provas mais tranquilo, mental e fisicamente.” O preparo da mente, aliás, é essencial, segundo o diretor do Cursinho da Poli. “É muito comum o candidato não ir bem porque ficou nervoso durante o exame. Controlar a ansiedade é o segredo do sucesso”, garante

Alvarez. “Pode-se aprender isso usando técnicas de respiração, reservando espaços semanais para lazer e, principalmente, relaxando nos dias antes da prova. Um bom sono e alimentação adequada também ajudam no controle da ansiedade.”

Para Gerson Fernandes Gonçalves, coordenador de Geografia do fundamental e do

médio do Palmares, agora a Fuvest demanda menos esforço físico e pode ter uma avaliação mais justa, concentrada em disciplinas específicas e língua portuguesa. “A retirada de Conhecimentos Gerais da segunda fase não compromete a avaliação do candidato, pois o peso da primeira fase aumentou de 25% para 33,3%, passando as provas a terem pesos iguais.”

Dicas práticas. A recomendação de Rodrigo Dionisi Capellié, professor de Geografia do Cursinho FEA-USP, é ter atenção às diferenças entre as duas etapas. “Na primeira fase, é importante sempre ler o comando da questão e entender direitinho o que está sendo pedido. Às vezes, é para assinalar a verdadeira, em outras, a incorreta”, ensina. “Por ser uma prova muito extensa, que exige um nível de concentração muito elevado, a dica que damos é a eliminação das alternativas incorretas.” Segundo o professor, mesmo quem não tem pleno domínio da questão sabe que certas situações são impossíveis. “Brincamos e dizemos que é o chute científico.”

Já na segunda fase, de acordo com Capellié, é importante identificar o subtema da questão para não errar. “Identifique o que é cada coisa para responder adequadamente e não misturar os assuntos.”

Ingresso por cotas. Ao todo, são 11.147 vagas abertas na USP, sendo 2.830 por meio do Sisu (com as notas do Enem) e 8.317 para seleção da Fuvest. Desde a edição passada, foi adotada a inscrição por modalidades, para estudantes de escolas públicas e cotas raciais. Do total de vagas pela Fuvest, 5.424 estão disponíveis aos candidatos em geral (modalidade ampla concorrência), 1.857 vagas são reservadas a alunos de escola pública e 1.036 são destinadas a estudantes do ensino público que se declaram pretos, pardos ou indígenas.

Candidato nesta última modalidade, Ageu Andrade sonha com uma vaga em Administração. “Eu vim de escola pública, com várias defasagens. Estar em pé de igualdade com pessoas que tiveram acesso a uma educação de ótima qualidade é uma grande oportunidade”, afirma o aluno do Cursinho FEA-USP. “Terei acesso a diferentes pontos de vista sobre o mundo e o mercado de trabalho, podendo ajudar no avanço econômico brasileiro e financeiro da minha família.”

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Medalha pode valer vaga na faculdade

Rafaela Siqueira Ciaccio participa da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) de 2019 e já está na segunda fase. Além da possibilidade de uma medalha, ela comemora a chance de ganhar pontos na Fuvest. No vestibular de 2019, a Universidade de São Paulo (USP) adotou mais uma forma de ingresso: as vagas destinadas para estudantes classificados em olimpíadas acadêmicas nacionais e internacionais.

“Esta nova oportunidade me deixou muito feliz, pois permite que meu ingresso no ensino superior possa vir de uma prova focada na disciplina em que tenho maior interesse e habilidade: Matemática”, comenta a aluna do 3.º ano do ensino médio do Colégio Rio Branco, que deseja cursar Engenharia de Produção.

Nesta seleção deste ano, a USP abriu inscrições para 113 vagas em 60 cursos da universidade, para alunos que se sobressaíram em competições de Ciências do ensino

médio. As graduações em geral pertencem às áreas de Exatas e Engenharia. No entanto, também há cursos de Humanas (entre eles, Gestão de Políticas Públicas e Design) e de Biológicas (como Farmácia, Ciências Biológicas e Ciências Biomédicas). A seleção por meio dessa modalidade será realizada de acordo com um sistema de pontuação que se baseia no desempenho do aluno na competição, valendo de 1 a 6 pontos, conforme a classificação.

O professor Rodrigo Dionisi Capellié, do Cursinho FEAUSP, vem estimulando seus alunos a participarem dos campeonatos. Na primeira participação neste ano, ele conta que os estudantes conquistaram medalhas de bronze nas Olimpíadas de Geografia. A ideia é de que os alunos possam, cada vez mais, representar o Brasil nas competições internacionais.

“A fala de um aluno dessa olimpíada me chamou a atenção. Apesar de ele não ter ganhado a medalha, disse que aprendeu mais sobre Geografia com sua participação e também aprendeu a fazer pesquisa na internet”, diz o professor. “Esse estímulo às olimpíadas é fundamental, tanto para a sociedade quanto para o aluno. Isso é importante, pois estimula o saber científico, as formas de pensar, e a usar a internet para pesquisas, e não só para o entretenimento.” / B.R.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Instituto Mauá de Tecnologia sai na frente com as novas diretrizes curriculares Com investimento de R\$ 30 milhões em estrutura e reformulação pedagógica, curso de Engenharia vira referência nas mudanças propostas pelo Conselho Nacional de Educação

Estudar Engenharia não é mais como antigamente. Para que a formação dos profissionais se torne mais dinâmica e interdisciplinar, o curso vem passando por uma grande reformulação. A mudança é baseada nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, homologadas em abril deste ano pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão vinculado ao Ministério da Educação.

As instituições terão até três anos para se adaptar, mas, em algumas escolas, essas mudanças já são realidade. É o caso do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), onde o debate em torno de um novo conceito de aprendizado ocorre desde 2012. “Isso nos posiciona como referência na adoção das novas diretrizes”, afirma Marcello Nitz, pró-reitor acadêmico do IMT.

Segundo Nitz, a transformação começou no próprio entendimento do que é o currículo de uma graduação como a de Engenharia. “É preciso desconstruir a ideia de que seja apenas uma grade de disciplinas. Trata-se de algo bem mais abrangente: um projeto pedagógico com múltiplas oportunidades de aprendizagem, inclusive fora da sala de aula convencional.”

As novas diretrizes buscam mexer justamente nesse ponto, tornando a formação menos pautada por conteúdos e mais focada nas competências que o profissional precisa desenvolver para o

mercado. “Ensinaos aos alunos como aplicar, na prática, tudo o que aprendem.”

Múltiplas experiências O IMT tem como objetivo continuar a desenvolver habilidades

técnicas, mas também preparar o aluno para o empreendedorismo e a interação com outras aptidões.

Para isso, a instituição reduziu a carga horária de disciplinas convencionais e ampliou a participação em projetos especiais. Neles, os futuros engenheiros participam de atividades complementares à formação, integradas com outras áreas do IMT, como as de Design e de Administração.

“Colocamos os alunos em contato com realidades diversas”, explica o pró-reitor.

“Oferecemos, por semestre, mais de 200 projetos e atividades especiais para eles trabalharem, com foco em problemas reais e abertos. Alguns desafios são propostos por professores; outros, por profissionais do mercado especialmente contratados pra orientar e supervisionar os grupos de estudantes.”

Desenvolver competências socioemocionais é aspecto estratégico e fundamental para o IMT. Por isso, os alunos contam com uma unidade chamada Academia de Talentos, que oferece atendimento personalizado e oficinas de capacitação. “Muitas vezes o profissional é contratado por suas qualidades técnicas, mas é demitido por suas atitudes. Queremos nossos alunos bem preparados para

aproveitar as oportunidades do mercado.”

Outro ponto de alinhamento com as mudanças propostas pelas novas diretrizes é a capacitação docente, que no caso do IMT é garantida por um programa interno de acompanhamento, treinamento e desenvolvimento das competências pedagógicas. Tudo isso vem acompanhado de uma nova infraestrutura. Mais de R\$ 30 milhões foram investidos em reformas conceituais de laboratórios. “Esses espaços deixam de ser apenas locais para execução de roteiros de aula preestabelecidos e passam a ser ambientes muito bem equipados para experimentação e desenvolvimento de projetos integrados e multidisciplinares”, conclui Nitz.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC propõe professores CLT nas faculdades

Universidades utilizariam organizações sociais ou as próprias fundações para a nova modalidade de contratação; especialistas se dividem quanto a proposta e ressaltam necessidade de vínculo do docente com a instituição

A proposta anunciada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, de contratar professores para universidades federais em regime CLT dividiu opiniões entre especialistas na área. De um lado, a visão de que a mudança no modelo de contratação em seu princípio fere o que está previsto na Constituição para as universidades públicas e afetaria a autonomia dos docentes em sala de aula; de outro, a opinião de que o regime estatutário não é a melhor opção para garantir eficiência nessas instituições.

Em coletiva de imprensa ontem Weintraub afirmou, como divulgado inicialmente pelo “Estado de S.Paulo”, que planeja transformar a contratação pelo regime CLT em uma exigência às universidades que aderirem ao programa “Future-se”, plano de financiamento do Ministério da Educação (MEC) para as instituições federais de ensino superior anunciado em julho.

Para essas contratações acontecerem, as universidades poderão contratar organizações sociais ou atuar através de suas fundações para que os futuros docentes sejam efetivados como celetistas.

— As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único — afirmou o ministro.

Segundo Weintraub, o sistema funcionaria nos moldes do que ocorre na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que gere os hospitais universitários e prevê regime de contratação celetista.

MODELO A SER REPRODUZIDO

Oswaldo Ferreira, presidente da Ebserh, defende o modelo adotado pelo órgão e acredita que ele é fundamental para garantir a prestação de serviços.

— Cria-se uma maior facilidade para disponibilizar serviços para a população. Essa é a meta. Fazer uma contratação de um estatutário é muito mais difícil (do que um celetista) — conta Ferreira.

A Ebserh possui atualmente 32 mil funcionários celetistas e 21 mil em regime jurídico único. Um dos pontos do debate é se a estabilidade dos primeiros é inferior a dos estatutários. Na experiência dos hospitais universitários, para demitir um funcionário, a empresa precisa abrir um Processo Administrativo Disciplinar, no qual estão previstas diversas fases incluindo a defesa do funcionário perante as acusações das quais é alvo. Só ao final do processo é possível desligar o servidor. Nesse modelo, os servidores passam por uma avaliação anual pelos gestores.

Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e especialista em financiamento do ensino superior, Nelson Cardoso do Amaral afirma que a medida poderia fragilizar a autonomia das universidades federais, que é garantida pela Constituição.

— Isso é um absurdo no meio universitário. Qual seria a maneira de contratar e demitir esses professores? Basta ele falar alguma coisa que contraria a ideologia do ministro em sala de aula que estaria suscetível à demissão? Contraria tudo que a Constituição diz em termos de universidade pública — afirma o docente.

PROPOSTA DIVIDE OPINIÕES

Segundo o professor, o MEC precisa esclarecer com urgência os termos do programa “Future-se” e admitir a necessidade de mudança constitucional para implementar as mudanças.

— Se querem mudar esses termos, que tenham a coragem de mudar a Constituição, apresentar uma PEC e não ficar utilizando subterfúgios para colocar uma organização social nesse contexto para fazer contratação por CLT.

Na opinião do sociólogo Simon Schwartzman, especialista em ensino superior, a sugestão do ministro não é ruim desde que haja critérios claros relacionados à

contratação e à demissão e um plano de carreira para os professores.

— A universidade tem que ter carreira própria com regra de contratação, um sistema adequado que estabeleça se a pessoa vai ser promovida ou dispensada. A legislação CLT permite isso. Não podemos manter o sistema atual que é completamente ineficiente —argumenta.

Paulo Meyer, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), faz a ressalva de que é preciso garantir que a eventual mudança não torne contratações temporárias uma rotina, o que seria ruim para as instituições de ensino.

— O fato de ser celetista ou RJU não é um grande problema a princípio. O problema seria tornar contratações temporárias uma rotina. O pesquisador da universidade precisa ter vínculo com uma instituição para participar de projetos de pesquisa a longo prazo — diz Meyer.

O pesquisador destaca que é preciso ter uma discussão sobre os parâmetros de desempenho que vão nortear as decisões do MEC em relação aos professores, para que não se crie uma visão utilitarista das universidades.

— É preciso tomar cuidado para não tratar como algo desnecessário as áreas que não têm uma aplicabilidade prática ou pesquisas voltadas para destinação mercadológica. As áreas de pesquisa por si só se justificam sem necessariamente ter uma aplicação prática mais imediata —argumenta.

MEC ENVIA OFÍCIO ÀS ESCOLAS

No mesmo dia que defendeu a contratação por CLT em universidades, o ministro da Educação também comunicou que enviou um ofício para a educação básica. Secretarias estaduais e municipais receberam um documento que recomenda o ensino plural de ideias, o combate à propaganda político-partidária e ao bullying, à automutilação e suicídio. A medida, batizada de “Escola de Todos” quer, segundo Weintraub, “pacificar o ambiente escolar”, ao garantir a liberdade dos professores no ensino, mas orientando a comunidade escolar a coibir o que ele qualificou como “excessos”.

Proposta prevê transição de estatutário para regime celetista

* Estagiário sob orientação de Amanda Almeida

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Positivo avança em negociação

Grupo deve concluir em breve a venda do negócio de ensino superior por cerca de R\$ 500 milhões para a Cruzeiro do Sul

O Grupo Positivo desistiu de vender seus colégios, que estavam avaliados em R\$ 300 milhões, mas deve concluir em breve a venda do negócio de ensino superior por cerca de R\$ 500 milhões para a Cruzeiro do Sul, segundo o Valor apurou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/09/24/positivo-avanca-em-negociacao.ghtml>

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Acir alerta para cortes de recursos em áreas estratégicas no Orçamento de 2020

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou nesta segunda-feira (23) em Plenário para o impacto dos cortes de recursos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, previstos no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 (PL 22/2019-CN). Para o senador, proposta encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional compromete setores como Educação, Ciência, Tecnologia e Infraestrutura, além dos programas sociais.

Segundo Acir, o valor repassado para o Ministério da Educação será 18% menor do que em 2019. Ele citou que o valor absoluto cai de R\$ 122 bilhões para R\$ 101 bilhões.

— O corte em 2020 vai ocorrer em todos os níveis educacionais, do ensino básico ao superior, incluindo a pesquisa e a extensão. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é a que mais sentirá os efeitos desse corte. Pela proposta, vai perder metade do Orçamento, que sai de R\$ 4,5 bilhões em 2019, para R\$ 2,2 bilhões em 2020 — citou.

Apesar de reconhecer que a peça orçamentária reflete o momento de crise financeira do país, Acir destacou que o corte se contrapõe à evolução na arrecadação da União em 2019. Ele informou que a previsão para este ano é de uma arrecadação de R\$ 1,5 trilhão, aproximadamente 4% maior do que no ano passado, e pediu que o Congresso avalie alternativas aos cortes sugeridos pelo governo federal.

— Faço esse alerta para que possamos contribuir com o atual governo, no sentido de apontar caminhos para que possamos superar este momento de Orçamento curto, sem grandes impactos na educação de nossos filhos e no andamento de nossa economia — pediu.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade do Estado da Bahia denuncia faculdade de Rondônia por emissão de diplomas falsos em nome da instituição

Em nota, Uneb afirma que unidade de ensino usa a marca do programa de pós-graduação para emitir diplomas falsos e cobra pelos cursos. Nome da instituição não foi divulgado.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) denunciou às autoridades uma faculdade da cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, por supostamente usar o nome do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da instituição baiana para emitir diplomas falsos.

Segundo a Uneb, além de falsificar o documento, a instituição de ensino ainda estaria cobrando pela realização dos cursos, que não seguem o padrão da PPGEduC. A informação foi divulgada na última sexta-feira (20). O nome da entidade não foi revelado.

Em nota, a Uneb informou também que já ofereceu representação contra a instituição, pelo mesmo problema, em 12 de junho deste ano. O caso foi passado para a Procuradoria da República na Bahia.

No comunicado, a Uneb afirma também que é importante frisar que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela instituição fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**.

A Uneb esclarece que a lista completa dos cursos está disponível no portal da universidade, onde é possível verificar todos os cursos próprios, em associação ou em rede com outras universidades do país ou do exterior, ou no site da Plataforma Sucupira **CAPES**, portal que veicula todas as informações a respeito dos cursos recomendados no Brasil.

Na nota, a Uneb informa ainda que o processo de associação com outras instituições é realizado através de acordo de cooperação entre as unidades de ensino superior, cuja celebração é publicada em veículo oficial e tramita junto às instâncias jurídicas responsáveis.

Segundo o comunicado, o ingresso nos Programas de Pós-Graduação, em qualquer modalidade de oferta ou natureza do curso, se dá através de processo seletivo previsto em edital específico, publicado em veículo oficial e amplamente divulgado para toda a comunidade, não havendo inscrições diretas em vagas.

A Uneb ressalta ainda que o diploma de mestre e doutor é emitido com o cumprimento de todos os requisitos do curso e atestado por banca examinadora e documentos institucionais obrigatórios.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas da CNPq que podem parar

O orçamento para 2019 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é insuficiente para fazer o pagamento das 84 mil bolsas da entidade até o final do ano. O dinheiro esgotou-se em setembro —o órgão planeja transferir recursos do fomento para honrar as bolsas de outubro.

Para os três meses restantes (a bolsa de dezembro é paga em janeiro), o CNPq ainda busca uma solução. Na semana passada, o ministro Marcos Pontes, do MCTIC, disse que está batalhando por recursos para cumprir esse compromisso junto ao Ministério da Economia.

Enquanto isso, pesquisas que trazem progresso ao país —como tratamentos avançados para HIV, zika e câncer, ou alternativas para o uso de animais em testes— ficam em modo de espera.

O professor da Universidade Federal de Pernambuco Gilberto de Sá pesquisa novos métodos de tratamento de câncer.

Entre os projetos de pesquisa está o desenvolvimento de nanomarcadores para detecção e tratamento de câncer, num modelo conhecido como teranóstico —o mesmo produto é utilizado para diagnóstico e tratamento.

Para isso, são utilizadas nanopartículas com material multifuncional, que tanto emite radiação para tratamento quanto luminescência para monitorar o tumor. Hoje testado

apenas em ratos, no futuro o modelo permitiria começar o tratamento mais cedo, assim como reduzir a dosagem dos medicamentos utilizados pelos pacientes.

Além da verba do CNPq, as diversas pesquisas do laboratório são financiadas com recursos de várias origens, como o **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligado ao Ministério da Educação, e a Facepe (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). Ainda assim, um iminente corte do CNPq pode parar a pesquisa.

"Aqui no laboratório giram em torno de 50 pessoas, contando com estudantes de iniciação científica, mestrado, doutorado", conta Junior. "Se não pagar as bolsas, eles não têm como vir trabalhar."

O professor é ele próprio bolsista de produtividade científica do CNPq, uma categoria reservada a acadêmicos com alto volume de pesquisas e publicações. Mensalmente, ele recebe cerca de R\$ 1.400 mais R\$ 1.100 para gastos com bancada —esta segunda fatia ele investe integralmente no laboratório.

"Hoje, na comunidade científica, todo mundo faz isso, tira do próprio bolso. Esse recurso tem feito diferença, uso exclusivamente para consumo no laboratório. Se cortarem, ficarei zerado", afirma.

Anti-HIV em alga e bichos a salvo

Izabel Paixão, professora da Universidade Federal Fluminense e chefe do Laboratório de Virologia Molecular e Biotecnologia Marinha, conduz uma linha de pesquisa que busca em substâncias encontradas em duas algas da costa brasileira capacidade de tratamento ou prevenção contra HIV, herpes, zika e chikungunya.

No caso do HIV, a ênfase é a prevenção. A pesquisa de Izabel atua nessa frente, pois a substância— do grupo dos diterpenos polioxigenados— tem grande potencial inibidor na etapa inicial do vírus HIV, antes dele entrar na célula humana. Comparadas a coquetéis como o AZT, a grande vantagem é que os diterpenos não são tóxicos, diminuindo os efeitos colaterais.

Essas pesquisas são caras, então se esse dinheiro for bloqueado, tudo que investimos até agora vai por água abaixo
professora Izabel Paixão

"Nós estamos perdendo alunos. Ano passado eu perdi uma aluna, ela foi para o exterior e continuou lá, não tinha condições de viver aqui sem uma bolsa de pós-doc. Precisamos de alunos não só para o desenvolvimento das pesquisas, mas também para a formação desse recurso humano na pós-graduação", diz

O sentimento de descontinuidade do trabalho também é comum nos depoimentos sobre o tema feitos por pesquisadores. Isabella Delgado, hoje coordenadora de lato sensu da pós-graduação na Fiocruz, no Rio de Janeiro, trabalhou durante cinco anos na Rename (Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais), desde que ela foi criada pelo MCTIC em 2012 até 2017.

Isabella tem um projeto de métodos alternativos de testes em andamento financiado pelo

CNPq. Em fevereiro, ela prestou contas de uma pesquisa na qual liderou um consórcio de instituições para encontrar uma forma de substituir coelhos utilizados para detectar contaminações pirogênicas —como febre, calafrios e tremores— em produtos injetáveis.

Com o surgimento da Rename, Isabella, que já conduzia estudos do tipo anos antes, viu a área começar a ser valorizada.

"A medida que foi se fortalecendo, surgiram diversos editais e os pesquisadores da área se sentem mais confortáveis", diz ela, que ressalta a proximidade dessa linha com o setor regulatório e político —inclusive para atender demandas da sociedade na redução de experimentos com animais.

Agora, o cenário começa a mudar. "Nós tínhamos uma perspectiva de desenvolver algo, propostas interessantes, mas sem agências de fomento a gente fica no meio do caminho, não tem como", afirma Isabella.

Entenda o problema do CNPq

O orçamento do CNPq de 2019 foi deficitário em cerca de R\$ 330 milhões - é esse o valor para terminar de pagar as bolsas de pesquisa até o final do ano, um cenário que já era previsto no orçamento federal aprovado em 2018.

O repasse desse montante ao CNPq foi acertado nas negociações feitas no Congresso para liberar um crédito suplementar de R\$ 248 bilhões em junho. Mas isso até agora não foi feito.

De maneira emergencial, o CNPq planeja remanejar recursos da área de fomento, utilizada para compra de insumos, equipamentos e financiamento de pesquisas de maneira geral. Essa movimentação precisa ser aprovada pelo Ministério da Economia e seria suficiente para pagar as bolsas em outubro. A partir daí, será necessário uma intervenção externa.

Esse cenário fez com que o CNPq congelasse cerca de 4.500 bolsas que deveriam ter sido disponibilizadas para novos estudantes (situação semelhante a do **Capes**, que já perdeu mais de 10 mil bolsas).

A proposta do governo Jair Bolsonaro para o orçamento de 2020 prevê o pagamento das 84 mil bolsas ao longo de todo o ano, mas reduz drasticamente o financiamento da área de fomento: de R\$ 127,4 milhões para R\$ 16,5 milhões.

Uma das possíveis consequências disso é a inviabilização da chamada universal prevista para 2020. A chamada universal é um dos principais meios de financiamentos de pesquisas oferecidos pelo órgão, que pode ser utilizado por projetos de qualquer área. Até cinco anos atrás, ela era anual. Desde então, tem sido lançada de forma bienal —a próxima seria ano que vem.

Foram comprados grandes equipamentos, mas se pararem eu não tenho como consertar, resolver o problema. Vou ter um elefante branco, vai virar sucata. Nós estamos caminhando para o colapso total
professor Junior, da UFPE

Izabel, da UFF, tem uma visão semelhante. "Nós trabalhamos com pesquisas que podem contribuir para a melhoria de saúde da nossa comunidade e deixaríamos de contribuir com essas informações, com esse conhecimento, que é função da universidade. É lamentável. É triste e lamentável."

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Escolas e cursinhos já pensam no Enem digital

Instituições usam recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional para preparar alunos para a mudança do modelo em papel

A aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019 custará R\$ 500 milhões, segundo o Ministério da Educação (MEC). Além da impressão, há a logística de distribuição e recolhimento das provas pelo País. Essa realidade começa a mudar em 2020, com a aplicação do exame digital para 50 mil alunos. A cada ano, o número de estudantes aumentará, até a aplicação do modelo digital para todos em 2026.

Mudanças exigem tempo de adaptação, e os colégios de São Paulo já estão pensando na preparação dos alunos para essa nova prova, usando recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional. Tecnologias como lousas digitais interativas, salas de informática de última geração e laboratórios equipados se tornaram comuns em escolas privadas.

"Há décadas, o Objetivo é adepto do uso do digital em seu ensino e, portanto, a mudança do Enem estará inserindo o aluno em uma prática que ele já vivencia", diz Vera Antunes, coordenadora pedagógica do colégio. O Objetivo possui sala de robótica, rádio e TV, e os estudantes têm acesso a conteúdos e tarefas diárias online.

O Colégio Rio Branco também usa sistemas online tanto para estudo quanto em exames. "Uma boa formação pressupõe o preparo para diferentes desafios. Além do uso de plataformas digitais para o trabalho dos alunos do fundamental e do médio, a prática com provas digitais também favorece os estudantes", diz Ana Carolina Carmo Han, coordenadora de Projetos e do Pré-universitário da instituição. No 3.º ano do médio, a escola trabalha com a plataforma Ari de Sá (SAS), que dá suporte digital ao aluno por meio de navegação personalizada, com base em seus resultados em simulados. Além disso, a escola trabalha com inteligência de dados com a plataforma Eduqo, para a geração de informações que possam ser usadas posteriormente.

"O Enem digital segue uma tendência mundial. O SAT (Estados Unidos) e o Gaokao (China), grandes exames de admissão no ensino superior, já usam esse formato, além do impresso", afirma Ademar Celedônio, diretor de Ensino e Inovações Educacionais do SAS, que oferece a cerca de 780 escolas a ferramenta Tarefa On-line, com questões de todas as disciplinas. "O formato digital é mais facilmente absorvido pelos jovens do século 21, por causa da forte inserção de telas nessa geração", diz.

Desafios. Para a coordenadora do Rio Branco, diante dos desafios da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do ensino médio, saber o que será do Enem a partir dessas novas diretrizes é o que tem mais relevância. "O Enem digital não significa necessariamente a ruptura com outras formas de avaliação, e implicações pedagógicas precisam ser consideradas com critério. Esse é um tipo de avaliação, com um suporte de mídia digital. Atualmente, tem se percebido novas e diferentes formas de avaliar candidatos ao ensino superior, indo além de provas de múltipla escolha."

Giba Alvarez, diretor do Cursinho da Poli e presidente da Fundação PoliSaber, lembra que a tecnologia é o meio, e não o fim. E completa: “Além disso, deve-se respeitar as especificidades. As metodologias para online são diferentes das presenciais. Gravar uma aula e pôr na rede não resolve porque desrespeita o estudante. Se mudar o formato da aula, necessariamente terá de mudar a metodologia”.

Ele defende processos híbridos, com uso de tecnologia para atingir os objetivos estabelecidos no planejamento de aula, complementando explicações presenciais. “Os recursos tecnológicos chegaram para ficar. O importante é usá-los da melhor forma possível”, diz. “Essas tecnologias ajudam, e muito, como complemento das atividades presenciais. Diminuem custos e possibilitam o atendimento de várias pessoas ao mesmo tempo.”

O Colégio Palmares também trabalha com os dois juntos. “O Palmares trata essa mudança de forma gradativa, inserindo a tecnologia no dia a dia com pequenas avaliações digitais, sem deixar de lado o modo tradicional do papel”, afirma Edson D’Addio, diretor do Colégio Palmares, lembrando que a escola não capacita o aluno para fazer um exame específico, e sim para todas as formas possíveis de avaliação.

Escolas e cursinhos já pensam no Enem digital

“Hoje treinamos com simulados impressos, grifando os textos e realizando cálculos, marcações e anotações na própria prova, o que será inviável no novo modelo”, acredita David Nusbaum, aluno do 3.º ano do ensino médio do Colégio Poliedro. “O Enem já é uma prova cansativa, com muitos textos longos, o que exige uma grande capacidade de concentração e foco do candidato. Executar essas tarefas em uma tela de computador torna a prova mais cansativa ainda”, afirma o jovem.

O coordenador do Poliedro Campinas, Vitor Ricci, lembra que essa cultura digital ainda tem de ser criada, mesmo que os jovens tenham um contato frequente com a tecnologia em casa ou na escola - no Poliedro, por exemplo, desde o fundamental o aluno já tem contato com o tablet. “Considerando que os alunos estão treinados desde o fundamental até o pré-vestibular para fazer uma prova no papel, que é um jeito totalmente diferente do que no computador, tudo isso precisa ser muito bem pensado. Temos de entender como vai funcionar. Só assim vamos trazer essa realidade para os alunos.”

Segundo Ricci, a perspectiva do exame digital causou certo receio nos alunos, ainda mais por ele abrir várias oportunidades pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que leva em conta as notas do Enem para o ingresso em universidades de todo o País. “Porque é algo novo e também por eles não saberem se tudo vai correr bem durante prova, se não terão nenhum tipo de problema com o computador, com a rede”, conta. “Tudo isso causa insegurança em uma situação na qual eles já estão nervosos com os vestibulares, com o resultado de uma prova que tem um peso muito grande para eles ao longo do ano.”

Interatividade. Conexão estável e disponibilidade de computadores em larga escala para a realização do Enem digital são outros desafios a serem enfrentados, de acordo com os entrevistados. Em contrapartida, a tecnologia promove práticas sustentáveis e abre novas possibilidades nas questões. “A longo prazo, o Enem digital é uma excelente proposta, pois representará uma economia nas impressões da prova e maior

interatividade durante o exame, a partir do uso de recursos audiovisuais”, acredita Vinícius Ramos Tessari, estudante do Colégio Etapa, que usa a plataforma Khan Academy, por exemplo, para o ensino da Matemática.

Segundo Marcelo Dias, coordenador do Etapa, o novo modelo do exame terá resultados significativos se as escolas se modernizarem em termos de tecnologia e formação de professores. “Há a possibilidade de customização do exame de acordo com a área de formação do estudante e ainda é possível tornar a prova mais moderna a partir do uso de recursos como vídeos, infográficos animados, gamificação e inteligência artificial, por exemplo. Essas ferramentas poderão enriquecer os enunciados da prova”, afirma.

ENTENDA O QUE ESTÁ PREVISTO

O piloto do Enem digital tem sua primeira aplicação prevista para 2020. Apenas 50 mil pessoas, residentes do Distrito Federal e de 14 capitais - entre elas, São Paulo e Rio de Janeiro -, vão fazer o exame na nova modalidade já no próximo ano.

Inscrição

Os participantes terão a opção de escolher entre o formato digital e a prova tradicional. Por ordem de inscrição, as 50 mil pessoas que optarem pela prova online serão selecionadas. As demais farão o exame em papel.

Exame

Segundo o MEC, os participantes realizarão os cadernos de disciplinas da prova e a redação online em uma plataforma criada pelo Inep. A prova digital será aplicada só em postos autorizados pelo MEC. O candidato terá de ir até uma escola ou universidade conveniada ao Inep para realizar o Enem no novo formato. Portanto, não será possível fazer as provas com um computador particular. As datas do exame online também serão diferentes: o Enem digital ocorrerá em 11 e 18 de outubro de 2020, enquanto as provas em papel serão realizadas nos dias 1º e 8 de novembro.

Resultado

Com a eliminação dos cartões-resposta e folhas de Redação, toda a prova do candidato estará computadorizada, acelerando a correção.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Com contrato CLT, governo quer limitar gasto com salários nas universidades federais

MEC quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões – são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, “vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público”. O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou na segunda-feira que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. “A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal”, disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio. Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade.

“Vamos botar uma autorização legal, caso as autoridades assim o desejem, por autonomia delas, para que em partes, ou em sua totalidade, possam se transformar em OS”, observou o secretário. Ele citou o caso do Instituto Internacional de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que quer se tornar uma OS.

A estimativa do governo é a de que 40% da força de trabalho das universidades se aposente nos próximos dez anos. Com isso, caso o Future-se seja aprovado no Congresso, os novos funcionários vão seguir o novo plano de carreira e a despesa de pessoal tende a cair. Segundo Lima, a ideia também é criar uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o Future-se.

O MEC já negocia com o Ministério da Economia a possibilidade de instituir o contrato de desempenho com as universidades. Por meio dessa nova modalidade, aquelas instituições que conseguirem economizar despesas poderão ficar com os recursos para serem aplicados em outras áreas, principalmente em pesquisa. Hoje, o que sobra retorna para a União.

Também está em estudo a possibilidade de o governo oferecer benefícios às instituições que economizarem. O modelo, disse Lima, é parecido com o que é feito no Reino Unido. O foco do contrato é justamente estimular as universidades a diminuir despesas com pessoal.

“Não queremos apenas ter mais receitas para as universidades, mas também sustentabilidade, controle do lado da despesa. Hoje, 85% das despesas das universidades são com gasto de pessoal. Essa despesa vai crescendo por conta das promoções e dos reajustes”, afirmou o secretário.

Questionado se as universidades vão aderir ao Future-se, ele respondeu não ter dúvidas disso. “Todas vão aderir, é uma questão de tempo. Vai ter mais recurso. E, quem gosta de educação, quer mais recurso. O Future-se é isso, só que ele exige mais

comprometimento do lado da despesa também”, argumentou.

Para ele, o quadro das universidades com gasto de pessoal é mais grave do que os Estados. Dados comparativos do ministério mostram que as instituições federais de todas as Unidades da Federação desembolsam bem mais com pessoal do que os governos estaduais. A instituição com maior gasto é a Federal do Amazonas, com 89% das despesas totais usadas para manter a folha de pagamento. Já os gastos totais do Amazonas com pessoal são de 52%.

Em geral, as universidades públicas do País têm gastos elevados com a folha de pagamento. Nas três estaduais paulistas - USP, Unicamp e Unesp -, a despesa com salários supera o patamar de 88% dos repasses do Tesouro Estadual. Nos últimos anos, quando atravessou grave crise financeira, a USP chegou a fazer até um plano de demissão voluntária (PDV) de servidores técnico-administrativos.

“A despesa de pessoal das universidades (federais) já extrapolou até os limites dos estados na LRF”, afirmou Lima. “Se a universidade fosse um Estado, ela estaria em calamidade financeira.” Ele destacou que há um “núcleo duro” no MEC alinhado ao Ministério da Economia que defende mais responsabilidade fiscal. “Achamos que não é só oferecer mais recurso, mas também investir em gestão. Existe relação entre maior investimento e melhor qualidade, mas não é linear. O fato é que o Brasil já alcançou um nível de investimento em educação bem equivalente aos países desenvolvidos”, avaliou.

O secretário afirmou que um dos principais objetivos do MEC é mudar a forma de distribuição de recursos com base em indicadores de resultado. “Atualmente, o orçamento destinado às universidades está privilegiando o Sudeste ao invés do Norte e Nordeste, o que tem acentuado as desigualdades regionais. O Future-se ajudará a corrigir essas iniquidades.

Contratação sem concurso precariza instituições, diz presidente de sindicato

Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Antonio Gonçalves critica a proposta de contratar via CLT. “A seleção não se dará por concurso e isso traz vários desdobramentos, desde falta de continuidade em pesquisas, aumento da rotatividade de profissionais e maior interferência política no quadro docente”, diz. “Imagina as universidades aparelhadas por fundamentalistas indicados pelo governo da vez. Isso rompe com a autonomia universitária.”

Para Gonçalves, a justificativa econômica para a proposta seria um “verniz”. “O ministro diz que hoje o orçamento das universidades está comprometido com a folha, não sobra para investimento. Isso decorre dos sucessivos cortes que vêm desde 2014, que tornaram a proporção da folha maior no orçamento. Se mantivéssemos o padrão anterior de investimento, a folha não teria esse impacto todo”, afirma. /COLABOROU FELIPE RESK

[topo](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

MEC diz ter enviado ofício a secretarias pedindo "pluralismo de ideias"

O Ministério da Educação (MEC) disse nesta segunda-feira, 23, ter encaminhado a secretarias municipais e estaduais de Educação e para entidades de classe um ofício determinando que escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e evitem o que a equipe classifica como "propaganda político-partidárias" no ambiente

escolar. O ministro, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. Ele evitou, porém, relacionar o documento com o Escola sem Partido.

"É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou. O documento não foi apresentado à imprensa. As diretrizes apresentadas pelo governo guardam semelhança com o que é postulado pelo Movimento Escola sem Partido, embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. No Congresso, já tramitam projetos que defendem esse modelo.

Para Weintraub, o comunicado deixa clara a existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que "excessos de qualquer parte" sejam proibidos. "Não é para pegar professores. É para pegar excessos", completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFPA recusa adesão ao programa Future-se do MEC

Em nota, a instituição rejeita a proposta de estimular a captação de recursos privados nas universidades públicas.

O Conselho Universitário (Consun) da Universidade Federal do Pará rejeitou, por unanimidade, nesta segunda-feira (23), a proposta do Programa "Future-se", do Ministério da Educação (MEC).

Em nota, a instituição rejeita a proposta de estimular a captação de recursos privados nas universidades públicas.

Um debate de mais de três horas sobre o assunto foi realizado no prédio da reitoria, no campus Guamá, em Belém. Professores, estudantes e técnicos se posicionaram contra o programa do governo federal, considerando um "retrocesso para a educação superior, em particular na previsão de criação de Organizações Sociais para a gestão das universidades. Segundo a nota, foram criticadas as decisões do MEC em relação aos bloqueios de recursos financeiros das universidades e de corte de bolsas de pesquisas.

O Future-se é uma iniciativa proposta pelo MEC, com o objetivo de aumentar a autonomia administrativa das universidades federais. Como essas instituições sofrem com contingenciamentos e alegam que têm suas atividades prejudicadas com os bloqueios de orçamento, a solução apresentada pelo governo é firmar parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais.

Leia a íntegra da proposta do MEC sobre mudanças na gestão das universidades federais

Entenda o que já se sabe sobre o Future-se e o que ainda falta esclarecer

O diretor do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), professor José Benatti, afirmou que "o Future-se representa a privatização do bem comum, que é a educação".

O diretor do Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Marcos Diniz, argumentou que o projeto é inconstitucional. "Essa proposta se insere em um projeto mais amplo de ataque à ciência no país".

O coordenador do Campus Tocantins/Cametá, Doriedson Rodrigues, defendeu que o ensino superior deve ser gratuito para filhos e filhas de trabalhadores no interior do Pará. “Esse programa e os bloqueios de recursos impedem que mais jovens tenham acesso à universidade, que pesquisas possam ser realizadas, é a negação da oportunidade a esses jovens carentes”.

A Associação de Docentes da UFPA (ADUFPA) defendeu a rejeição integral do projeto e a construção de mobilizações. “Não basta que os conselheiros apenas rejeitem o programa. Temos que estar nas ruas dialogando com a sociedade em defesa desse nosso patrimônio, que é a universidade pública”, afirmou o diretor da ADUFPA, Gilberto Marques.

Segundo o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, dados apontam que 85% dos estudantes da UFPA encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que, destes, 80% são filhos de pais que não tiveram a oportunidade de frequentar uma universidade. “O Future-se provocou uma discussão mais ampla, envolvendo a comunidade acadêmica, sobre o projeto de universidade que queremos. Penso que saímos desse processo com um saldo muito positivo em termos dessa conscientização”, afirmou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Número de matrículas sobe 4% e AP tem quase 50 mil estudantes no ensino superior

Rede privada tem o triplo de alunos da rede pública. Dados são de 2018 e reforçam crescimento do ensino à distância.

Dados do Censo do Ensino Superior, do Ministério da Educação, apontaram aumento de 4% em 2018 no número de novas matrículas em faculdades e universidades públicas e privadas do Amapá. A quantidade de alunos em busca de graduação subiu de 47.379 em 2017 para 49.363 no passado.

Os números do Censo foram divulgados pelo governo federal e apontaram o aumento da graduação à distância, que no país inteiro superou a oferta de vagas presenciais.

No Amapá, as universidades privadas têm três vezes mais alunos que a rede pública: 35.603 contra 13.760. Esse número é o de matrículas ativas, segundo o Censo. Ao todo, são 19.853 estudantes com matrícula trancada, que abandonaram ou estão em situação de desvinculo.

Ministério da Educação divulga dados do ensino superior no Amapá

No estado são 12 instituições de ensino superior privadas contra três públicas: universidades Federal (Unifap), Estadual (Ueap) e Instituto Federal (Ifap). Apenas em 2018, foram 5.905 concluintes, sendo 1.314 na rede pública e 4.591 na rede particular.

Entre os gêneros, 28 mil matriculados se identificaram do sexo feminino e 21 mil do sexo masculino. Em relação a faixa etária, 70 estudantes do ensino superior, todos da rede pública, têm menos de 18 anos.

Na outra ponta, são 2 alunos acima dos 80 anos regularmente matriculados, ambos na rede federal. Em todo o país, são apenas 187 estudantes acima dessa faixa.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões

O Ministério da Educação encaminhou, nesta segunda-feira (23), um ofício para as secretarias estaduais e municipais de Educação com orientações e diretrizes a serem adotadas no ensino público. Batizado de “Escola de Todos”, o documento sugere a adoção de medidas com o objetivo de garantir “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, à automutilação e a não exposição a propagandas político-partidárias dentro das instituições de ensino”. De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que convocou uma coletiva de imprensa para anunciar o envio do ofício, a ideia é criar um ambiente de acolhimento nas escolas.

“O objetivo é dar um ambiente acolhedor para as crianças, diminuir o bullying, melhorar os indicadores educacionais, reduzir a automutilação e o suicídio, preservando o direito das pessoas se expressarem dentro do que é um ambiente civilizado, normal, sem excessos. Evidentemente tem alguns vídeos que mostram excessos e excessos têm que ser coibidos. É plural, tem que contar várias versões, não pode falar só de um lado”, disse.

Weintraub defendeu a necessidade de pacificar a sala de aula e criticou a existência de militância política nas escolas. “É buscar uma pacificação do ambiente escolar, paz, deixar a militância fora das escolas. Pode se falar de política de uma forma plural, civilizada, não impositiva”.

No documento, o MEC lista cinco direitos dos alunos, entre eles o direito de “ter um ensino com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância, de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas”. Também enfatiza o direito do aluno não “ser prejudicado por sua história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas” e não pode “ser submetido a uma comunicação comercial inadequada – como propagandas político-partidárias – no ambiente escolar”. O ofício ainda recomenda que “professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça”.

Não impositivo

Segundo o próprio ministro, o ofício apenas destaca aspectos já previstos em lei e não é impositivo. Cada secretaria estadual e municipal de Educação deverá avaliar a possibilidade de implementar as sugestões. O MEC disponibilizou canais para que os entes federativos e também os próprios estudantes, professores e associações de pais e alunos possam tirar dúvidas sobre as medidas ou denunciar situações que estejam em desacordo com as diretrizes do Escola de Todos.

“Estamos tentando achar um caminho, democraticamente, com todo mundo, com as secretarias estaduais e municipais. Estamos passando vários canais de comunicação do MEC, para caso haja dúvidas, excessos, ineficiências, para que eles sejam encaminhados de forma institucional e a gente veja e analisa se há ou não o

descumprimento de alguma lei, para ser corrigido”, disse Weintraub. Ele chamou a iniciativa de um “chamamento para lembrar a todos para que serve uma escola”. O ministro não chegou a informar se o governo pretende propor algum tipo de projeto de lei para institucionalizar o Escola de Todos no futuro.

Além das secretarias estaduais e municipais de Educação, o ofício também foi enviado para os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Escolas e cursinhos já pensam no Enem digital

Instituições usam recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional para preparar alunos para a mudança do modelo em papel

A aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019 custará R\$ 500 milhões, segundo o Ministério da Educação (MEC). Além da impressão, há a logística de distribuição e recolhimento das provas pelo País. Essa realidade começa a mudar em 2020, com a aplicação do exame digital para 50 mil alunos. A cada ano, o número de estudantes aumentará, até a aplicação do modelo digital para todos em 2026.

Mudanças exigem tempo de adaptação, e os colégios de São Paulo já estão pensando na preparação dos alunos para essa nova prova, usando recursos tecnológicos aliados ao conteúdo tradicional. Tecnologias como lousas digitais interativas, salas de informática de última geração e laboratórios equipados se tornaram comuns em escolas privadas.

"Há décadas, o Objetivo é adepto do uso do digital em seu ensino e, portanto, a mudança do Enem estará inserindo o aluno em uma prática que ele já vivencia", diz Vera Antunes, coordenadora pedagógica do colégio. O Objetivo possui sala de robótica, rádio e TV, e os estudantes têm acesso a conteúdos e tarefas diárias online.

O Colégio Rio Branco também usa sistemas online tanto para estudo quanto em exames. "Uma boa formação pressupõe o preparo para diferentes desafios. Além do uso de plataformas digitais para o trabalho dos alunos do fundamental e do médio, a prática com provas digitais também favorece os estudantes", diz Ana Carolina Carmo Han, coordenadora de Projetos e do Pré-universitário da instituição. No 3.º ano do médio, a escola trabalha com a plataforma Ari de Sá (SAS), que dá suporte digital ao aluno por meio de navegação personalizada, com base em seus resultados em simulados. Além disso, a escola trabalha com inteligência de dados com a plataforma Eduquo, para a geração de informações que possam ser usadas posteriormente.

"O Enem digital segue uma tendência mundial. O SAT (Estados Unidos) e o Gaokao (China), grandes exames de admissão no ensino superior, já usam esse formato, além do impresso", afirma Ademar Celedônio, diretor de Ensino e Inovações Educacionais do SAS, que oferece a cerca de 780 escolas a ferramenta Tarefa On-line, com questões de todas as disciplinas. "O formato digital é mais facilmente absorvido pelos jovens do século 21, por causa da forte inserção de telas nessa geração", diz.

Desafios. Para a coordenadora do Rio Branco, diante dos desafios da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do ensino médio, saber o que será do Enem a partir dessas novas diretrizes é o que tem mais relevância. "O Enem digital não significa necessariamente a ruptura com outras formas de avaliação, e implicações pedagógicas

precisam ser consideradas com critério. Esse é um tipo de avaliação, com um suporte de mídia digital. Atualmente, tem se percebido novas e diferentes formas de avaliar candidatos ao ensino superior, indo além de provas de múltipla escolha."

Giba Alvarez, diretor do Cursinho da Poli e presidente da Fundação PoliSaber, lembra que a tecnologia é o meio, e não o fim. E completa: "Além disso, deve-se respeitar as especificidades. As metodologias para online são diferentes das presenciais. Gravar uma aula e pôr na rede não resolve porque desrespeita o estudante. Se mudar o formato da aula, necessariamente terá de mudar a metodologia".

Ele defende processos híbridos, com uso de tecnologia para atingir os objetivos estabelecidos no planejamento de aula, complementando explicações presenciais. "Os recursos tecnológicos chegaram para ficar. O importante é usá-los da melhor forma possível", diz. "Essas tecnologias ajudam, e muito, como complemento das atividades presenciais. Diminuem custos e possibilitam o atendimento de várias pessoas ao mesmo tempo."

O Colégio Palmares também trabalha com os dois juntos. "O Palmares trata essa mudança de forma gradativa, inserindo a tecnologia no dia a dia com pequenas avaliações digitais, sem deixar de lado o modo tradicional do papel", afirma Edson DAddio, diretor do Colégio Palmares, lembrando que a escola não capacita o aluno para fazer um exame específico, e sim para todas as formas possíveis de avaliação.

"Hoje treinamos com simulados impressos, grifando os textos e realizando cálculos, marcações e anotações na própria prova, o que será inviável no novo modelo", acredita David Nusbaum, aluno do 3.º ano do ensino médio do Colégio Poliedro. "O Enem já é uma prova cansativa, com muitos textos longos, o que exige uma grande capacidade de concentração e foco do candidato. Executar essas tarefas em uma tela de computador torna a prova mais cansativa ainda", afirma o jovem.

O coordenador do Poliedro Campinas, Vitor Ricci, lembra que essa cultura digital ainda tem de ser criada, mesmo que os jovens tenham um contato frequente com a tecnologia em casa ou na escola - no Poliedro, por exemplo, desde o fundamental o aluno já tem contato com o tablet. "Considerando que os alunos estão treinados desde o fundamental até o pré-vestibular para fazer uma prova no papel, que é um jeito totalmente diferente do que no computador, tudo isso precisa ser muito bem pensado. Temos de entender como vai funcionar. Só assim vamos trazer essa realidade para os alunos."

Segundo Ricci, a perspectiva do exame digital causou certo receio nos alunos, ainda mais por ele abrir várias oportunidades pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que leva em conta as notas do Enem para o ingresso em universidades de todo o País. "Porque é algo novo e também por eles não saberem se tudo vai correr bem durante prova, se não terão nenhum tipo de problema com o computador, com a rede", conta. "Tudo isso causa insegurança em uma situação na qual eles já estão nervosos com os vestibulares, com o resultado de uma prova que tem um peso muito grande para eles ao longo do ano."

Interatividade. Conexão estável e disponibilidade de computadores em larga escala para a realização do Enem digital são outros desafios a serem enfrentados, de acordo com os entrevistados. Em contrapartida, a tecnologia promove práticas sustentáveis e abre

novas possibilidades nas questões. "A longo prazo, o Enem digital é uma excelente proposta, pois representará uma economia nas impressões da prova e maior interatividade durante o exame, a partir do uso de recursos audiovisuais", acredita Vinícius Ramos Tessari, estudante do Colégio Etapa, que usa a plataforma Khan Academy, por exemplo, para o ensino da Matemática.

Segundo Marcelo Dias, coordenador do Etapa, o novo modelo do exame terá resultados significativos se as escolas se modernizarem em termos de tecnologia e formação de professores. "Há a possibilidade de customização do exame de acordo com a área de formação do estudante e ainda é possível tornar a prova mais moderna a partir do uso de recursos como vídeos, infográficos animados, gamificação e inteligência artificial, por exemplo. Essas ferramentas poderão enriquecer os enunciados da prova", afirma.

ENTENDA O QUE ESTÁ PREVISTO

O piloto do Enem digital tem sua primeira aplicação prevista para 2020. Apenas 50 mil pessoas, residentes do Distrito Federal e de 14 capitais - entre elas, São Paulo e Rio de Janeiro -, vão fazer o exame na nova modalidade já no próximo ano.

Inscrição

Os participantes terão a opção de escolher entre o formato digital e a prova tradicional. Por ordem de inscrição, as 50 mil pessoas que optarem pela prova online serão selecionadas. As demais farão o exame em papel.

Exame

Segundo o MEC, os participantes realizarão os cadernos de disciplinas da prova e a redação online em uma plataforma criada pelo Inep. A prova digital será aplicada só em postos autorizados pelo MEC. O candidato terá de ir até uma escola ou universidade conveniada ao Inep para realizar o Enem no novo formato. Portanto, não será possível fazer as provas com um computador particular. As datas do exame online também serão diferentes: o Enem digital ocorrerá em 11 e 18 de outubro de 2020, enquanto as provas em papel serão realizadas nos dias 1º e 8 de novembro.

Resultado

Com a eliminação dos cartões-resposta e folhas de Redação, toda a prova do candidato estará computadorizada, acelerando a correção.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Governo quer limitar gasto com salários nas universidades

MEC quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621

bilhões - são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, "vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público". O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou na segunda-feira que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. "A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal", disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade. /

COLABOROU FELIPE RESK

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Ministro da Educação quer professor sem concurso em universidade federal
Abraham Weintraub diz que vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade.

A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa. Continua depois da publicidade

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos.

Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: "é corte, vai parar tudo!". Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia "balbúrdia" nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com "balbúrdia" não teria verba

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil

funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir "gradualmente trocando" as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: "tem de mandar mais recursos para educação". Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

MEC quer professor sem concurso em universidade federal

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no

Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: "é corte, vai parar tudo!". Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia "balbúrdia" nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com "balbúrdia" não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir "gradualmente trocando" as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras

coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: "tem de mandar mais recursos para educação". Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

Future-se vai prever carteira assinada para professor e técnicos de universidades

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT, com carteira assinada. O modelo de contratação deve ser incluído no programa Future-se, que prevê alterações em contratações, repasse de verbas e busca de recursos privados para universidades e faculdades públicas.

Atualmente, os docentes só podem ingressar por concurso público e têm direito à estabilidade, seguindo as regras do serviço público da gestão direta. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades dentro do Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada.

Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa. A iniciativa gerou rejeição por parte dos reitores de universidades públicas e do Ministério Público Federal (MPF).

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos.

Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

"O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas)", diz o ministro.

Ao comentar a oferta de recursos para bolsas da **Capes**, que foram alvo de cortes dentro de contingenciamento de verbas, o ministro disse que a demanda é infinita e que "todo mundo quer uma bolsinha". "No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na

verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário", disse.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer professor sem concurso em universidade federal

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: “é corte, vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúrdia” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontinuar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com “balbúrdia” não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto

da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

topo 

RIC MAIS - NOTÍCIAS

MEC quer professor sem concurso em universidade federal

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de “bomba-relógio”. Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: “é corte, vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúrdia” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com “balbúrdia” não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer professor sem concurso em universidade federal

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: "é corte, vai parar tudo!". Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia "balbúrdia" nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com "balbúrdia" não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir "gradualmente trocando" as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: "tem de mandar mais recursos para educação". Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Estados e municípios têm até sexta para aderir a modelo cívico-militar

Estados e municípios têm até sexta-feira (27) para manifestar interesse em aderir ao modelo de cívico-militar proposto pelo governo federal. A gestão híbrida compartilhada com civis e militares será implementada, em 2020, em 54 escolas.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as escolas devem manifestar interesse junto à secretaria estadual de Educação. Serão selecionadas duas instituições de cada estado e do Distrito Federal.

Nos estados em que não houver interesse pelo programa, municípios voluntários podem pedir participação por meio de ofício enviado ao MEC, com os nomes das instituições da unidade da federação que pretendem aderir ao programa.

Para participar da seleção, os colégios devem ter de 500 a 1 mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ou do ensino médio.

Primeiro dia de aulas no CED 01 da Estrutural, uma das escolas públicas do DF onde foi implementado o modelo cívico-militar.

Modelo cívico-militar implantado em escola pública do Distrito Federal - Marcelo Camargo/Agência Brasil

Segundo a pasta, uma das condições é que estados e municípios apliquem consulta pública sobre a mudança, uma vez que a adesão ao programa é voluntária. A aceitação pode ocorrer por meio de audiência pública ou votação. O MEC disponibilizou o passo a passo para a realização da consulta à comunidade. A orientação está disponível na internet.

Terão preferência na seleção as instituições de ensino com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e em situação de vulnerabilidade social. A comparação é feita com outras escolas do mesmo estado. Ao todo, o governo pretende implementar 216 escolas cívico-militares até 2023.

Recursos

O MEC vai liberar R\$ 54 milhões para o programa em 2020, sendo R\$ 1 milhão por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal em algumas instituições e na

melhoria de infraestrutura, compra de material escolar, reformas, entre outras pequenas intervenções.

As escolas em que haverá pagamento de pessoal são as que fizerem parceria com o MEC e o Ministério da Defesa, que contratará militares da reserva das Forças Armadas para trabalho nos estabelecimentos. A duração mínima do serviço é de dois anos, prorrogável por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros militares para apoiar a administração das escolas. Nesse caso, o MEC repassará a verba ao governo, que, em contrapartida, investirá na infraestrutura das unidades, com materiais escolares e pequenas reformas.

Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias.

Consulta pública

Segundo o MEC, uma etapa importante na adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é a realização de consulta pública. A pasta informa que o procedimento assegura transparência na escolha e serve para medir o grau de interesse de todos os atores, sendo eles, gestores, professores, alunos e familiares, em fazer parte da iniciativa lançada pelo governo federal.

Veja o passo a passo recomendado pela pasta Chamamento da comunidade escolar – convocação para conhecer o programa. Pode ser pela internet, rádio local, carro de som, folder, entre outros.

Audiência de esclarecimento – reunião com a comunidade escolar para explicar o modelo proposto pelo MEC. É necessário capacitar alguém do estado ou do município para tirar todas as dúvidas que as pessoas possam ter.

Audiência de consulta pública – uma segunda reunião para medir o grau de aceitação do modelo na escola. A forma mais comum é por votação, mas pode ser por outros caminhos, desde que mantidas a transparência e a publicidade.

Resultado – a conclusão da audiência da consulta pública deve ser formalizada e enviada para o MEC.

O governo local pode optar por outra forma de realizar a consulta pública. É necessário, no entanto, enviar o resultado para o MEC. A instituição de ensino deve assegurar a participação do maior número possível de pessoas da comunidade escolar, credenciando os eleitores do processo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Justiça derruba veto de reitor da UFF e libera ato anti-Moro

Magistrado disse que STF já decidiu de forma categórica sobre a absoluta liberdade de manifestação e expressão nas universidades

O juiz José Carlos da Silva Garcia, da 3ª Vara Federal de Niterói, concedeu liminar suspendendo a decisão do reitor da UFF (Universidade Federal Fluminense), Antonio

Claudio Lucas da Nóbrega, de proibir um ato anti-Sergio Moro nas dependências da unidade escolar.

De acordo com ele, o STF (Supremo Tribunal Federal) já havia decidido "categoricamente" pela "absoluta liberdade de manifestação e expressão no âmbito das universidades, mesmo e inclusive para manifestar preferência ou repúdio de natureza político-ideológica, ou mesmo partidária".

O juiz também julgou improcedente ação de parlamentares do Rio que pediam que o protesto contra Moro fosse proibido.

Com isso, o ato #Moromente fica mantido para esta segunda (23), às 19h.

A decisão do reitor havia sido tomada obedecendo a um pedido do ministro da Educação, Abraham Weintraub, aliado de Moro no governo de Jair Bolsonaro.

O mandado de segurança com pedido de liminar para garantir a realização do ato havia sido apresentado pelo diretor da Faculdade de Direito da UFF (Universidade Federal Fluminense), Wilson Madeira Filho.

Na peça jurídica, Madeira Filho definia o ato da reitoria como de "manifesta ilegalidade, abuso de poder e desvio de finalidade".

O diretor assinou o pedido junto com a ABJD (Associação Brasileira de Juristas pela Democracia), que organiza o ato, e com a ADUFF (Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense).

Na peça, eles invocavam a decisão do STF que liberou as manifestações nas universidades. Segundo os magistrados, sempre que houver, "em qualquer espaço", medidas na qual "se imponham algemas à liberdade de manifestação há nulidade a ser desfeita".

"É lamentável que tudo isso tenha ocorrido. Eu entendo que as pessoas queiram ter cautela diante do cenário, que nem sempre é o melhor. Mas temos que garantir os debates nas universidades", diz Madeira Filho. "Acatar um absurdo desses [a sugestão do MEC para que o evento fosse cancelado] é absolutamente surpreendente."

Ele afirma ainda que "o papel da universidade pública é fazer os debates que a sociedade está exigindo. E a UFF, que é considerada a melhor faculdade de direito do país, vai deixar de fazer o debate crítico que sempre fez, e que a transformou na melhor?".

Ao determinar o cancelamento do ato, a reitoria afirmou ter recebido "denúncia" do MEC de que o ato seria "político-partidário", o que é vetado.

"O debate será repleto de juristas. Não há vínculos partidários. Eu entendo que a reitoria, ao simplesmente acatar sugestão do MEC, não entrou nesse mérito, o que seria necessário", diz Madeira Filho. Ele cita ainda ação de deputados do PSL do Rio pedindo o cancelamento do evento. "Esse, sim, é um ato político", diz.

Diante da iniciativa do diretor, a ABJD decidiu manter o ato contra Moro e segue convocando as pessoas pelas redes sociais.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC quer professor sem concurso em universidade que aderir ao Future-se Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo "Future-se", novo programa do MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade.

A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos.

Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de “bomba-relógio”. Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que

o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: “é corte, vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúrdia” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com “balbúrdia” não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícil terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Universidade que aderir ao Future-se terá que contratar professor sem concurso Segundo o MEC, CLT será obrigatória para as federais que entrarem no novo programa

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada). Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de “bomba-relógio”. Estudos do Ministério da Educação mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de

pósgraduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

De que forma?

Mandamos documento ao Ministério da Economia. O valor era de R\$ 16 bilhões de despesas discricionárias, me matava. Buscamos junto com a Economia soluções nesse sentido. Coisas vistas como “não tem jeito”. Tinham jeito, em busca de eficiência. Conseguimos mais R\$ 5 bilhões. Subiu para R\$ 21 bilhões. Agora apareceram mais R\$ 600 milhões (para oferta de bolsas em 2020).

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

Esses recursos para as bolsas da **Capes** atendem à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Desde o começo, temos dito que é contingenciamento. Disseram: “é corte!”; “Vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúrdia” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro público, do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que a gente ia contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que aquelas universidades que tinham “balbúrdia” não teriam recursos.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (recurso). Todo dia estou buscando solução numa crise dessa dimensão. O objetivo final não é gastar. O objetivo final é melhorar a educação.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação.

Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. De 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (autarquia do MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT... É como a Ebserh... Quem é concursado, e sou (ele é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuição de recursos para universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. Mandou rios de dinheiro, bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

Mas serão adotados outros indicadores para a distribuição de recursos?

Vai ser adotado. As pessoas vão ter que performar. Vou te dar um exemplo. Um diploma hoje em uma universidade federal, da primeira a última mensalidade custa, na média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto. Na ponta do lápis, a relação custo-benefício não está boa para a sociedade. E é isso que eu vou mostrar, estou mostrando, e tem gerado um grande desconforto.

É favorável à cobrança das universidades para quem pode pagar?

Sou contra. É burrice cobrar. Pelo seguinte, dos 100% de alunos das federais, dois terços são de escola pública e um terço é de escola privada. Só que escola privada de R\$ 700, R\$ 1000 de mensalidade. Tem 10% que vem de família que pode pagar. Só que desses 10%, que é o meu caso, eu tenho condições de pagar, meu filho entra na FGV e na federal de Minas Gerais, conta para mim, onde ele vai estudar? Lógico que não vai ser na federal de Minas. E se não for, vai estudar em Portugal, porque é mais barato do

que a federal de Minas, ou vai estudar no Chile, ou vai estudar fora do Brasil, mas a relação custo benefício está totalmente desbalanceada. E a gente começa a mudar isso com o Future-se.

Qual a sua avaliação sobre a retomada da economia?

Todos os dados estão positivos. Como ex-economista chefe, diria que (a economia) já pegou. Agora é só não fazer alguma coisa errada tipo não passar a reforma da Previdência no Senado. Vamos ter crescimento de 2,5 a 3% no ano que vem.

O presidente Jair Bolsonaro não está incomodado com a retomada mais lenta?

Não está. Te afirmo isso. Sou um ministro que tem hoje certa proximidade. Eu diria que hoje ele está bem otimista.

Future-se mira verba privada

O programa Future-se foi apresentado pelo MEC em junho como uma proposta de modernizar a gestão das 63 universidades federais do País e criar alternativa para a crise orçamentária das instituições. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captar recursos privados – como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público, “naming rights” e uso da Lei Rouanet.

Parte da comunidade acadêmica vê no projeto ameaça à autonomia das instituições. Reitores temem ainda haver corte de repasses do governo nos próximos anos e negam desperdício de dinheiro, como acusa o ministro. Especialistas dizem que diversificar fontes de recursos é bom, mas ainda apontam lacunas na proposta.

Algumas instituições – como as federais do Rio e de Brasília – já se manifestaram contra o novo programa do MEC. O texto do Future-se ainda será enviado pelo governo ao Congresso.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - OPINIÃO

Mudanças nos fundos públicos para as eleições causam insegurança

Decisão da Câmara dos Deputados afrouxa regras sobre recursos públicos usados pelos partidos; especialistas alertam para riscos

O financiamento das campanhas eleitorais brasileiras está no centro dos principais problemas da classe política nos últimos anos. Os esquemas de corrupção para o pagamento dos custos dos candidatos e os casos de caixa dois são práticas recorrentes e combatidas nas últimas décadas. Com a proibição do pagamento dos custos por empresas, coube aos cofres públicos cobrir todos os gastos. A medida é polêmica em meio a um cenário nacional de arroxo para o cidadão, mas o tema ganhou aspecto ainda mais delicado com o projeto de reforma eleitoral, aprovado na última quarta-feira (18), na Câmara dos Deputados. O texto que segue para a sanção presidencial retomou a maior parte das benesses aos partidos aprovadas pelos deputados no início do mês e que haviam sido derrubadas pelo Senado em votação na terça-feira (17).

Um dos pontos mais polêmicos é a permissão expressa para que partidos políticos usem verbas públicas para adquirir bens móveis e imóveis, como mansões, helicópteros, aviões e carros de luxo. Também foram incluídas a autorização para os políticos usarem o fundo partidário para pagar advogados e contadores – o que seria uma forma de permitir caixa dois -, além de quitar multas eleitorais. O enorme esforço dos deputados em afrouxar a transparência e o controle sobre partidos acabou deixando de fora a

aprovação do limite de gastos de campanha para os candidatos a prefeito e a vereador nas eleições em 2020. O prazo para a decisão vence no dia 3 de outubro, mas não parece haver mobilização para essa votação no Congresso. Ficam em aberto dois cenários: o primeiro é a definição pelo próprio TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e o segundo é não estabelecer um teto, o que privilegiaria os candidatos mais ricos.

CRÍTICAS

O advogado Alexandre Melatti, especialista em Direito do Estado, integrante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Londrina, alerta que as decisões provocam ainda mais uma discussão na sociedade sobre a responsabilidade dos custos das campanhas. “Talvez seja preciso repensar o modelo. Voltar ao financiamento privado, aumentando a transparência. O que fica difícil é imaginar que esses recursos poderiam ser usados para a saúde ou educação”, avalia Melatti. O advogado ainda vê como ponto polêmico a compra de passagens aéreas até para não filiados e a aquisição de sedes partidárias. “O fundo partidário tem como objetivo a manutenção do partido, bem como a difusão de sua ideologia. Esse tipo de compra é um desvio da finalidade”, opina o advogado, que ainda acredita que o pagamento de multa com fundo partidário contraria o entendimento consolidado do TSE.

O promotor de Justiça por São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu, criticou duramente as mudanças feitas pelos deputados. “Isso é uma avenida aberta para a prática de caixa dois e lavagem de dinheiro, sem sombra de dúvida. Tudo isso escancara uma porta para o total descontrole das contas. O uso irresponsável, aberto, o uso coringa do dinheiro público, que deixou de ser investido em educação, em saúde, em segurança, fica cada vez mais aberto e na direção oposta do que seria desejável”, aponta o especialista. Outra crítica apontada por Livianu mostra um possível benefício para os fichas-sujas. Isso porque a mudança estabelece a data da posse como marco para aferição sobre se o candidato reúne condições jurídicas para se candidatar. “Os eleitores vão votar às cegas. Isso desfigura a própria razão de ser da Lei da Ficha Limpa. O sentido dessa lei é ter uma ferramenta legal para filtrar”, afirma Livianu.

Interpretações

Entre os parlamentares, a decisão sobre a mudança das regras para o uso dos fundos eleitoral e partidário causaram divergências. Antes mesmo de chegar à Câmara, o projeto havia passado por mudanças no Senado. A mais polêmica delas não foi retomada pelos deputados e previa a utilização de modelos próprios de prestação de contas. Atualmente, a Justiça Eleitoral disponibiliza o Sistema de Prestação de Contas Anual para a prestação de contas. “Foi aprovado um texto que melhorou em relação ao texto inicial da Câmara dos Deputados. Tiramos as principais polêmicas. Outras ainda existem. Cabe ao presidente agora decidir o que sanciona e o que veta. Entendemos que a maior parte do texto representa um avanço”, disse Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, após a aprovação pela Casa.

O senador Flavio Arns (REDE-PR) já havia feito críticas ao projeto durante as discussões no Senado. Ele aponta que o tema não deveria ser decidido com pressa e que os parlamentares deviam rever a permissão do uso do dinheiro do fundo eleitoral para pagamentos de multas e advogados de partidos políticos. “A sociedade está atenta. Foram levantados vários descabros em relação a esse projeto, que é totalmente contra aquilo que todo mundo deseja: que o dinheiro seja utilizado para as áreas que estão

enfrentando dificuldades, como a **Capes** e CNPq, por exemplo. Usar esse recurso financeiro para beneficiar partidos políticos é um absoluto absurdo”, critica.

Em concordância com o seu partido, o Cidadania, o deputado paranaense Rubens Bueno votou contrário e lembra que a legenda se posicionou para vetar o projeto nas duas vezes que passou pela Câmara. “O que precisa ser refletido é o financiamento de campanha, que se tornou um problema no mundo todo. Quando foi retirado o financiamento de empresas em 2016 por conta da Lava Jato, abriu caminho para o fundo eleitoral, que se mostrou mais viável, mas ainda temos muito o que debater, talvez um sistema misto”, diz o parlamentar, que não acredita que o texto abre brechas para caixa dois. “Hoje a fiscalização é muito rigorosa. A Justiça está aí para mostrar que todo cuidado é pouco. Quem o fizer vai sofrer com as multas, processo e impedimentos. Não é esse o caminho”, pondera.

Outro paranaense, o petista Enio Verri, votou a favor das mudanças das regras para os fundos de manutenção dos partidos políticos. Em sua opinião, o projeto não deixa brechas e diminui os entraves do texto anterior. “Me sinto muito tranquilo com meu voto. O que vi é que as regras são muito menos engessadas. Antes você só podia fazer uso de um dos fundos para contratar advogado ou um contador, hoje é possível com os dois. Acredito que a lei mantém o acesso das informações aos órgãos de controle e da própria sociedade que queria acompanhar os gastos dos partidos”, conclui. (Com Folhapress e colaboração de Guilherme Marconi).

topo 

GAZETA DO POVO – PR - BRASIL

De 300 mil funcionários no MEC, 100 mil entraram nos anos do PT, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou, em entrevista para o jornal O Estado de S. Paulo, que, dos 600 mil funcionários públicos na ativa no governo federal, 300 mil estão no MEC. Desses, 100 mil entraram nos anos em que o país era governado pelo PT.

Ele ainda confirmou a informação dada no lançamento do programa Future-se, em 17 de julho, que as universidades que aceitarem abrir suas portas para conseguir mais recursos na iniciativa privada terão de fazer contratos com organizações sociais, modelo usado, de forma bem-sucedida, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). No modelo de organizações sociais, os profissionais são contratos pela CLT.

"A folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho", disse Weintraub.

O ministro também desmentiu que os professores concursados seriam demitidos. Mas repetiu que, com o passar do tempo, as universidades que aderirem ao Future-se vão passar a contratar por meio da CLT e não mais por concurso público.

"As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares]. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande".

O ministro também reiterou que a distribuição dos recursos entre as universidades vai mudar, privilegiando aquelas que apresentem melhores índices de gestão e gasto do dinheiro público, usando, por exemplo, o ranking de governança do Tribunal de Contas

da União (TCU). Nele, 86% das universidades obtiveram nota abaixo de 5, em uma escala de 0 a 10.

"Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: tem de mandar mais recursos para educação. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. Mandou rios de dinheiro, bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas", afirmou Weintraub.

"Um diploma hoje em uma universidade federal, da primeira à última mensalidade custa, na média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto. Na ponta do lápis, a relação custo-benefício não está boa para a sociedade. E é isso que eu vou mostrar, estou mostrando, e tem gerado um grande desconforto", continuou.

O ministro insistiu que o Future-se é uma alternativa viável para resolver a crise orçamentária das instituições de ensino superior. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captar recursos privados – como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público, naming rights e uso da Lei Rouanet", disse.

Bolsas da Capes

O ministro também comentou sobre a redução de recursos para as bolsas de pesquisa pela Capes, com o objetivo de investir apenas em cursos de pós-graduação com as melhores notas.

"A demanda [por bolsas] é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos de respeitar o limite orçamentário", disse.

topo ↕

O POVO - CE - CEARÁ

Cândido assegura dinheiro para bolsas da UFC em 2020

Novo reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Cândido Albuquerque afirma que verba para custeio da universidade neste ano também está assegurada Por Henrique Araújo

Empossado há um mês pelo presidente Jair Bolsonaro, o reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Cândido Albuquerque, garantiu que "todos os recursos para bolsas da instituição estão assegurados ano que vem".

Segundo o gestor, as verbas, já previstas antecipadamente, contemplam "bolsas da universidade, de pesquisa e apoio a estudantes, deste ano e de todo o ano que vem".

Ex-diretor da Faculdade de Direito, Cândido disse que esses recursos estão sendo encaminhados "mediante repasse do Governo Federal, que é o mantenedor da universidade".

Em reportagem do dia 17 de setembro, O POVO mostrou os impactos do contingenciamento de recursos na UFC e noutras federais do Brasil, a partir de decisão do Ministério da Educação (MEC). Entre pesquisadores, há receio de descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos na universidade.

Após pressão do MEC, apenas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) paralisou 5.613 bolsas que ficariam ociosas ainda neste mês em todo

o País.

"Não haverá nenhuma diminuição de bolsas na UFC, nada disso", enfatizou o reitor, que afirmou que trabalha agora para concluir as obras paradas na instituição. "Estamos fazendo uma reestruturação da universidade para vocacioná-la à pesquisa", declara.

Segundo ele, além dos repasses do MEC, a própria universidade tem feito um rearranjo na distribuição das bolsas, de modo a otimizá-las. "Reorganizamos toda a questão das bolsas. Bolsas sem impacto social estão sendo realocadas. Havia um número grande de bolsas que não tinham impacto", aponta. O reitor não informou em quais áreas essas bolsas estariam empregadas e para onde estão remanejadas.

Cândido relata ainda que a intenção é que "todas as bolsas serão aplicadas em áreas sociais". Sobre o aumento de verba para viabilizar eventual expansão do atendimento, responde: "Recursos, nós conseguiremos. Igual ao deste ano nós já garantimos. Estamos trabalhando para ampliar nossa dotação orçamentária, conversando com deputados".

Questionado sobre a insuficiência de dinheiro para manter o funcionamento de serviços básicos da UFC, como limpeza, insumos de laboratório e fornecimento de água, energia e telefone, o novo reitor assinalou: "Temos recursos para terminar o ano, sim. Estamos fazendo vários convênios. Estamos melhorando, com dificuldade, mas terminaremos o ano".

Segundo na lista tríplice enviada pela universidade ao MEC, Cândido foi empossado como reitor no dia 22 de agosto, apenas três dias depois de sua nomeação ter sido publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Votação

A escolha de Cândido Albuquerque por Bolsonaro foi alvo de críticas. Na consulta, o então candidato obteve 610 votos ante 7,5 mil de Custódio Almeida, o primeiro colocado da votação.

Um mês depois, manifestantes mantêm acampamento nos jardins da reitoria

O primeiro mês de gestão de Cândido Albuquerque à frente da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi tenso. Dos 30 dias no cargo, o novo reitor despachou poucas vezes na reitoria, no bairro Benfica, cujos jardins ainda estão ocupados por estudantes contrários à nomeação do professor.

Entre os locais usados pelo ex-diretor da Faculdade de Direito da UFC para trabalhar, destaca-se a Casa de José de Alencar, na Lagoa Redonda, onde chegou a conceder entrevista ao O POVO.

Em conversa com a reportagem no último fim de semana, Cândido avaliou que o ambiente acadêmico está mais tranquilo. "Os manifestantes já deixaram a reitoria semana passada. O diálogo está sempre aberto", relatou.

Para ele, "o momento é de união para enfrentar as dificuldades" e fazer "prevaler o diálogo e o entendimento".

O reitor disse ainda que está "organizando a universidade, fazendo ajustes", mas que já havia recebido das mãos do ex-reitor Henry Campos "muito bem organizada".

Apesar dos apelos do novo reitor, o comitê pró-autonomia da UFC segue em atividade. Hoje, por exemplo, o grupo realiza encontro às 18 horas para debater a paralisação nacional, no início de outubro, em favor da educação. No mesmo horário, há seminário com tema "A luta Antifascista é uma luta feminista".

Além das atividades, o comitê e a reitoria travam uma batalha jurídica. Sob Cândido, a UFC entrou com pedido de reintegração de posse do espaço. A alegação era de que o reitor vinha sendo "impedido de assumir seu gabinete e passar a exercer suas funções, pois os protestos continuam a ocorrer".

A ação inicial, que tramita na 1ª Vara Federal do Ceará, foi devolvida para que o reitor identificasse o polo passivo, genericamente atribuído aos manifestantes. O texto foi refeito. Até agora, porém, ao menos dois juízes federais se declararam impedidos para julgá-lo. (Henrique Araújo)

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

40% SÃO PROPOSTA DE PARCELA DA UNIÃO NO FUNDEB

O Ministério da Educação é contra proposta de ampliação da participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A ideia da relatoria, Professora Dorinha Seabra Rezende(DEM -TO),é chegara 40% do valor do fundo em 20 31. Desde 2010 ,a União tem uma contribuição de 10%.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - THERESINA

PI bate recorde de acesso em curso superior

O Piauí atingiu o maior número de estudantes de curso superior de toda a sua história. O estado possui 104.569 estudando o ensino superior, de acordo com os números do Censo do Ensino Superior , divulgado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação (MEC). Segundo o Censo Escolar, dos 104.569 estudantes de curso superior no Piauí, 48.942 estão em cursos superiores oferecidos pelas universidades públicas; 5.940 em Centro Universitário; 47.181 em faculdades particulares e; 3.198 no Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Centros Federais de Escolas Técnicas (Cefets). O Piauí possui 39 instituições de ensino superior, sendo 27 são Teresina, a capital, e 12 no interior do Piauí; duas são universidades; um centro universitário; 36 faculdades privadas, incluindo o centro universitário. Das faculdades privadas, 24 estão em Teresina e 12 no interior do Piauí. O Piauí tem um Instituto Federal de Educação, que mantém os Cefets. O secretário estadual de Educação, Ellen Gera, afirmou que no Piauí a maioria dos alunos no ensino superior é de cursos presenciais, mas está crescendo muito o número de estudantes de cursos à distância. "Não tarda muito o número de estudantes de cursos superiores à distância ser maior do que os dos cursos presenciais. Isso já está acontecendo na Universidade Federal do Piauí", falou Ellen Gera.

topo ↕

O DIA - RJ - RIO

Ensino a Distância garante qualificação

Modalidade de cursos ultrapassou o número de vagas das aulas presenciais. Iniciativa se tornou um mecanismo para ajudar a ingressar no mercado de trabalho

Rio - O Ensino a Distância (EaD) se popularizou nos últimos anos. A prova disso é o resultado do Censo da Educação Superior, divulgado na última quinta-feira, pelo Ministério da Educação. Segundo o levantamento, pela primeira vez, o número de vagas oferecidas em EaD ultrapassou o presencial em 2018.

Os cursos nessa modalidade registraram mais de 7,1 milhões vagas, enquanto o segundo chegou a 6,3 milhões. E para quem busca uma oportunidade de qualificação profissional, o EaD se tornou uma alternativa para viabilizar o ingresso ao mercado de trabalho. Até o dia 24 de outubro, há mais de 7,6 mil oportunidades abertas na Fundação Cecierj para cursos.

De acordo com a presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro (ABRH-RJ), Lucia Madeira, os cursos a distância têm atraído quem quer se aperfeiçoar no mercado de trabalho, porém com custo menor. "É uma oportunidade para quem pretende continuar investindo na própria carreira e no aperfeiçoamento, mas não tem chances de pagar um curso mais caro", explica.

Diferencial

Para Lucia, os cursos aumentam as chances das pessoas se empregarem. "Os recrutadores veem com bons olhos, pois se estão desempregadas, por exemplo, é um caminho para buscar uma preparação e não ficar parado. Com isso, têm grandes possibilidades de saírem na frente na disputa", afirma.

Uma das principais dúvidas dos futuros profissionais é como será visto por ter se formado por meio do EaD. "O curso oferece exatamente o mesmo diploma de um presencial. Há uma grande preocupação de transmitir os mesmos conteúdos, sem perder a qualidade. Não é à toa que as maiores universidades do país hoje já contam com esse método. E para quem precisa trabalhar e estudar ao mesmo tempo, o EaD apresenta diversas vantagens", aponta a coordenadora do Núcleo de Ensino a Distância (Nead) da UniCarioca, Viviana Carvalho.

Entre as vantagens estão a economia do deslocamento, que também evita perda de tempo até a unidade, e o custo menor do que um curso presencial. "O estudante pode participar da aula a qualquer momento do dia, o que não prejudica com a carga horária de trabalho, por exemplo. Pode rever as aulas, mas também precisa ser uma pessoa com persistência e ter disciplina para criar uma rotina de estudo", afirma Paulo Saphi, especialistas em cursos online.

Segundo Viviana, os estudantes adquirem habilidades que podem ser trabalhadas quando essa pessoa estiver empregada. "Em um curso de EaD precisará de mais persistência ainda, atenção e disciplina, características super importantes para o ambiente de trabalho", explica.

Chances para 17 cursos

As vagas serão oferecidas em 17 cursos de Ensino Superior. Há oportunidades para Administração, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Sistemas de Computação, Matemática, Pedagogia, entre outros. O valor da inscrição é R\$ 88. Dá para pedir

isenção da taxa quem tiver dentro das regras previstas.

As graduações são oferecidas pelas universidades públicas UFF, UFRJ, UFRRJ, Uerj, Uenf, UniRio e Cefet-RJ, que formam o Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), um dos projetos da Fundação Cecierj, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

"Pretendemos atingir o maior número de pessoas, oferecendo educação de qualidade. Conhecendo as necessidades de mão de obra qualificada", afirma Gilson Rodrigues, presidente da Fundação Cecierj.

Pela primeira vez, a prova será aplicada em um domingo, no dia 24 de novembro. Os interessados podem se inscrever pelo site cecierj.edu.br/cederj/.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Programa Cientista Chefe, do Governo do Ceará, coloca pesquisa acadêmica a serviço da população

Projeto deve receber R\$ 13 milhões ainda este ano; objetivo é trazer inovação para áreas como Segurança Pública, Educação e Saúde

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) tem colhido bons resultados após investir na parceria entre o meio acadêmico e a gestão pública. Por meio do Programa Cientista Chefe, equipes de pesquisadores atuam em secretarias e órgãos estratégicos do governo do estado para, assim, trazer soluções científicas e tecnológicas que vão aprimorar serviços e proporcionar mais qualidade de vida à população.

Cada equipe é coordenada por um cientista, definido segundo critérios como produção e ligação com núcleos de pesquisa de alto nível, de acordo com a classificação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Segundo a Funcap, o programa é inspirado em modelos internacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, ministérios e outros departamentos governamentais contam com o Office of Chief Scientist (escritório do cientista-chefe, em tradução livre). O escritório tem o papel de fornecer contribuições científicas, além de estabelecer vínculos entre governo, universidade e indústria.

Na versão cearense, o programa encara desafios locais. Um deles é o de tornar mais efetivo o papel da pesquisa universitária, incentivando projetos que estejam a serviço dos cidadãos.

Para a Funcap, o principal atrativo é integrar todo o sistema de formação e investimento em educação e tecnologia do estado. Atualmente, há 172 cursos de pós-graduação das mais diferentes áreas, sendo 52 programas de doutorado. Com o Programa Cientista Chefe, todas as informações e experiências acumuladas nessas instituições trarão inovação ao serviço público.

Com apoio do governador e dos secretários estaduais, o programa elegeu as áreas prioritárias, como segurança pública, educação, saúde, análise de dados e energias renováveis. Depois, foi feita a distribuição de verba de acordo com os projetos

especificados para cada equipe científica.

Entre março e dezembro de 2018, o Programa Cientista Chefe recebeu aproximadamente R\$ 8,6 milhões em investimentos vindos da Funcap e dos órgãos da administração estadual. Para 2019, a expectativa é de aplicação de um montante de quase R\$ 13 milhões.

Áreas beneficiadas

Uma das características do Cientista Chefe é que os pesquisadores monitoram vários projetos simultaneamente. Além disso, as pesquisas são integradas com cooperações vindas de instituições nacionais e internacionais.

Outra particularidade do programa é a exigência de que os pesquisadores não se afastem da universidade e sigam com suas carreiras de forma competitiva e fazendo publicações. Tudo isso para que os cientistas se mantenham em contato com o ambiente acadêmico, onde poderão acompanhar cotidianamente a evolução das áreas nas quais estão inseridos e se mantenham atualizados.

De acordo com a Funcap, pesquisadores seniores que atuam no programa estarão próximos das necessidades públicas, pensando em soluções e realizando pesquisa aplicada sem perder o caráter inovador das universidades. Com isso, as equipes conseguem trabalhar com alguns projetos totalmente transformadores.

Entre os exemplos de sucesso está o projeto ligado à Secretaria de Segurança Pública, que fez a taxa de homicídios no Ceará cair 53% entre 2018 e 2019. O êxito aconteceu graças a instrumentos de reconhecimento facial e digital, além do investimento no monitoramento e análise de dados das áreas de maior periculosidade, que acabaram trazendo mais inteligência para a polícia, diz a Funcap.

A recuperação de carros roubados também foi aprimorada graças ao sistema. Foram investidos cerca de R\$ 7,5 milhões no projeto, mas ele acabou poupando para o governo cerca de R\$ 300 milhões em equipamentos, tempo de desenvolvimento e de homens nas ruas captando informações. Segundo a Funcap, o Cientista Chefe será também a referência para o programa federal de segurança pública e combate à criminalidade.

Big data para a gestão pública

Uma das principais linhas de pesquisa dos projetos é o levantamento e a análise de informações por meio das técnicas de big data – conceito científico que está relacionado com o processamento de grande volumes de dados, no menor tempo possível, para permitir que a partir deles sejam tomadas decisões e planejamento inteligente.

Aplicado para a gestão estadual, em cada secretaria os pesquisadores estão coletando dados como o número de usuários dos serviços prestados pelos órgãos, a distribuição geográfica dos atendimentos e os recursos, instalações físicas e equipamentos disponíveis. Com o uso de metodologias científicas, será possível otimizar o aproveitamento de tudo o que estado tem hoje. Além disso, o projeto tem uma vertente estratégica que irá, a partir da análise do quadro atual, fazer projeções de crescimento de demanda pelos serviços e orientar o governo no planejamento e no investimento das futuras ações.

Conheça os projetos que já estão dando resultados com o Programa Cientista Chefe

Saúde

Em parceria com a Secretaria de Saúde (Sesa) estão sendo desenvolvidas iniciativas em três frentes. A primeira é a transformação do bairro Porangabussu em um distrito tecnológico, para startups focadas em saúde. Na região, onde fica o Hospital Universitário Walter Cantídio, vivem 23 mil pessoas.

O segundo eixo envolve a organização dos serviços da Sesa, focando na informatização e na integração dos dados coletados. Isso está sendo feito por meio da esquematização de prontuários e registros eletrônicos.

O terceiro eixo é voltado para o gerenciamento dos problemas prioritários. É o caso da judicialização, quando pacientes recorrem à justiça para obter gratuitamente tratamentos ou remédios. Em geral, isso acontece pelo alto valor de certos medicamentos. O que a pesquisa constatou, no entanto, é que esse tipo de serviço também está sendo acionado para medicamentos que possuem livre acesso na rede, e para outros cujo acesso não é facilitado, mas poderiam ser obtidos por outros meios.

Recursos Hídricos

O projeto para a área de recursos hídricos do Ceará possui três frentes principais: planejamento e desenvolvimento de pesquisas e inovação; elaboração de soluções para os problemas identificados; e construção de uma cadeia produtiva da água.

No primeiro eixo, estão sendo identificadas as demandas específicas de ciência e tecnologia na área de recursos hídricos para criar, a partir dessa análise, uma agenda de pesquisa e inovação.

A segunda dimensão do projeto trará soluções tecnológicas para os problemas de recursos hídricos no estado. Há subprojetos sendo desenvolvidos que procuram compreender a dinâmica da oferta, da demanda e dos conflitos ocasionados pelo uso da água. A partir desse entendimento, a meta é redefinir e aprimorar os mecanismos de alocação de água.

Para o último foi montada uma estratégia para promover a criação de um ecossistema composto por iniciativas de empresas ligadas ao setor de recursos hídricos para que consigam desenvolver soluções tecnológicas direcionadas às demandas do estado.

Educação

O Ceará vem sendo pioneiro em iniciativas que se tornaram referência no ensino da matemática nas escolas. Em Fortaleza, as olimpíadas públicas da disciplina, a Numeratizar, serviu de base para programas de escala nacional.

A experiência acumulada na inserção do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará (UFC) nas escolas permitiu elaborar um projeto estruturado de educação básica que foi submetido à Funcap em 2018 e esteve na gênese da pesquisa em educação que está sendo realizada no âmbito do Programa Cientista Chefe.

Uma das etapas do trabalho consiste em explorar grandes quantidades de informações à procura de padrões, relações e sequências temporais dos dados educacionais e propiciar

o fluxo desses dados e de suas análises entre os diversos setores das Secretarias Municipais de Educação do Ceará, articulando decisões e projetos com foco na melhoria da proficiência em língua portuguesa, matemática e ciências.

Educação Pública

Realizado desde 2018 em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do estado do Ceará, o programa tem um grupo formado por 50 pesquisadores que se concentram na área de inteligência, com o desenvolvimento de aplicativos, integração de sistemas e análises de dados.

Como objetivos principais da pesquisa, podem ser citados o desenvolvimento de um sistema confiável de reconhecimento de impressões digitais; a implantação de técnicas de identificação veicular com base em imagens e vídeos; a integração das bases de dados da SSPDS, da Polícia Rodoviária Federal e de sistemas de informações do estado; e a criação de um painel de controle dos dados de segurança pública com visualização analítica.

Pescas e Aquicultura

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet) do estado do Ceará está elaborando um projeto que tem como objetivo aplicar a ciência e a técnica para prover soluções e promover o desenvolvimento da pesca e da aquicultura. Entre os principais resultados esperados estão o aumento na produção de lagostas, o projeto e a construção de um barco para pesca e armazenamento, a formação de pescadores profissionais (com obtenção da Carteira Marítima), o monitoramento da pesca de atum e a criação de pacotes biotecnológicos para melhoria do cultivo de camarão e de tilápia.

A falta de controle da pesca implica que todo o esforço dos tomadores de decisões na gestão deve ser direcionado para a aplicação de medidas eficientes em gestão sugeridas no texto, mas aplicando a lei com rigor.

Análise de Dados

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) utiliza projetos cuja finalidade é fortalecer o Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (Capp). O órgão é vinculado ao Ipece e irá integrar dados de todas as secretarias da administração estadual.

Nesta base estarão informações como dados sócioeconômicos, de mobilidade urbana, de educação e de meio ambiente. A análise será feita por meio do desenvolvimento de modelos matemáticos e algoritmos computacionais que sejam capazes de caracterizar as informações estatisticamente e definir as correlações existentes entre elas. Com isso, será possível estabelecer a previsão de padrões de comportamento.

Trabalhando com big data, o projeto pretende, inicialmente, aplicar técnicas de filtragem e de estatística para colher e processar informações.

Energias Renováveis

A Secretaria de Infraestrutura contará com as pesquisas para desenvolver um projeto que gere conhecimento e tecnologias novas dentro da universidade para, a partir disso, transferi-las para a sociedade. A equipe possui alguns estudos específicos dentro do setor de energia. Deles, o que traz expectativa de resultados mais imediatos está ligado à

gestão das contas de energia de prédios e órgãos públicos. Essa ação vai precisar de estudos mais individualizados e específicos para cada entidade, de acordo com as funções que são exercidas por elas. Algumas análises prévias já apontam indicadores que possibilitam a estimativa de uma redução de até 14% nas contas de energia do setor público. Isso representa, considerando longos períodos, uma economia que pode chegar a centenas de milhões de reais.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC quer estimular contratação de professores universitários sem concurso, diz jornal

Em entrevista ao Estado de São Paulo, Abraham Weintraub afirmou que governo pretende alterar forma como docentes são contratados nas instituições que aderirem ao Future-se

RIO - De acordo com uma entrevista publicada nesta segunda-feira, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, pretende estimular a contratação de professores universitários e técnicos pelo regime CLT e não mais por meio de concursos públicos. A informação é do jornal "O Estado de São Paulo".

Ao jornal, Weintraub argumentou que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, o que chamou de "bomba-relógio".

Da forma como ocorre hoje, candidatos aos cargos devem passar por concurso e, após este processo, têm estabilidade no cargo. A proposta de Weintraub valeria para a entrada nas universidades que aderirem ao Future-se, plano do Ministério da Educação (MEC) para financiar as universidades públicas que prevê captação de recursos junto à iniciativa privada. A adesão ao programa é facultativa.

Entenda: Plano do MEC prevê captação de recursos para universidades com parcerias privadas e até Lei Rouanet

Segundo a proposta do governo, no Future-se, os contratos de novos professores e técnicos seriam intermediados por Organizações Sociais (OSs). Weintraub afirmou ao "Estado" que estes profissionais, apesar de serem admitidos por regime de CLT, permaneceriam tendo estabilidade.

Mesmo sem muito detalhamento sobre as novas formas de contratações, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Politicagem, ideologização e balbúrdia

Ainda na entrevista, o ministro da Educação voltou a criticar aspectos das universidades públicas. Ele afirmou ao jornal que as instituições "são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação". Para ele, "têm a ver com "politicagem, ideologização e balbúrdia".

Segundo Weintraub, "em alguns câmpus por aí", "tem cracolândia". Diante disso, e de uma "situação fiscal difícil", afirmou que "onde tiver balbúrdia vamos pra cima".

Ao responder sobre se os recursos para as bolsas da **Capex** atendem à demanda, Weintraub disse que a "demanda é infinita", e criticou: "Todo mundo quer uma

bolsinha". O ministro argumentou que o dinheiro vem do "pagador de imposto", e que o país "quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário".

topo ↕

BLOG DO JAMILDO - BLOG

Governo libera quase R\$ 800 milhões em emendas parlamentares

Agência Câmara – O Ministério da Economia anunciou nessa sexta-feira (20) o desbloqueio de R\$ 799,66 milhões em emendas parlamentares impositivas. Os recursos haviam sido alvo de contingenciamento no início do ano. Agora, serão liberados R\$ 533,11 milhões para emendas individuais e R\$ 266,55 para emendas de bancada estadual.

Ao apresentar o relatório de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, destacou ainda a liberação de R\$ 8,30 bilhões para os ministérios e demais órgãos do Poder Executivo. O Ministério da Educação ficará com a maior parte (R\$ 1,99 bilhão).

Segundo o secretário, o desbloqueio foi possível devido à melhora na previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 0,81% para 0,85%; ao aumento na arrecadação de impostos; e às receitas de dividendos e participações repassadas à União pelas empresas estatais.

Com isso, o déficit primário no quarto bimestre ficou em R\$ 126,54 bilhões. Ante a meta fiscal de um déficit primário de R\$ 139 bilhões neste ano, houve uma “sobra” de R\$ 12,46 bilhões. E esse “excedente” – na verdade, uma oportunidade para gastar antes de atingir a meta fiscal – corresponde ao que está sendo distribuído agora.

Dinheiro para a educação

O rateio anunciado nesta sexta envolve ainda recursos resultantes de multa paga pela Petrobras devido à Operação Lava Jato, no valor de R\$ 2,66 bilhões. Educação infantil, com R\$ 1 bilhão, e o Programa Criança Feliz, com R\$ 250 milhões, foram agraciados – o governo Bolsonaro informou que a primeira infância será prioridade.

A multa da Petrobras destinará também R\$ 250 milhões para as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Waldery Rodrigues afirmou que, do dinheiro reservado para o Ministério da Educação, parte vai para as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Depois do pagamento feito no início do mês, ainda faltavam R\$ 330 milhões para cobrir as bolsas de pesquisa científica no País. Partidos cobravam o cumprimento de acordo que permitiu a Bolsonaro obter autorização do Congresso para descumprir a regra de ouro e emitir R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos para pagar despesas correntes.

topo ↕

CAMAÇARI NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

MEC quer estimular contratação de professores universitários sem concurso

De acordo com uma entrevista publicada nesta segunda-feira (23), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, pretende estimular a contratação de professores universitários e técnicos pelo regime CLT e não mais por meio de concursos públicos. A informação é do jornal "O Estado de São Paulo".

Ao jornal, Weintraub argumentou que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, o

que chamou de “bomba-relógio”.

Da forma como ocorre hoje, candidatos aos cargos devem passar por concurso e, após este processo, têm estabilidade no cargo. A proposta de Weintraub valeria para a entrada nas universidades que aderirem ao Future-se, plano do Ministério da Educação (MEC) para financiar as universidades públicas que prevê captação de recursos junto à iniciativa privada. A adesão ao programa é facultativa.

Segundo a proposta do governo, no Future-se, os contratos de novos professores e técnicos seriam intermediados por Organizações Sociais (OSs). Weintraub afirmou ao "Estado" que estes profissionais, apesar de serem admitidos por regime de CLT, permaneceriam tendo estabilidade.

Mesmo sem muito detalhamento sobre as novas formas de contratações, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Politicagem, ideologização e balbúrdia

Ainda na entrevista, o ministro da Educação voltou a criticar aspectos das universidades públicas. Ele afirmou ao jornal que as instituições "são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação". Para ele, "têm a ver com "politicagem, ideologização e balbúrdia".

Segundo Weintraub, "em alguns câmpus por aí", "tem cracolândia". Diante disso, e de uma "situação fiscal difícil", afirmou que "onde tiver balbúrdia vamos pra cima".

Ao responder sobre se os recursos para as bolsas da **Capes** atendem à demanda, Weintraub disse que a "demanda é infinita", e criticou: "Todo mundo quer uma bolsinha". O ministro argumentou que o dinheiro vem do "pagador de imposto", e que o país "quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário".

topo 

CORUMBÁ ON LINE - TEMPO REAL

MEC : universidades terão de contratar professor sem concurso

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada). Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta

que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de “bomba-relógio”. Estudos do Ministério da Educação mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

De que forma?

Mandamos documento ao Ministério da Economia. O valor era de R\$ 16 bilhões de despesas discricionárias, me matava. Buscamos junto com a Economia soluções nesse sentido. Coisas vistas como “não tem jeito”. Tinham jeito, em busca de eficiência. Conseguimos mais R\$ 5 bilhões. Subiu para R\$ 21 bilhões. Agora apareceram mais R\$ 600 milhões (para oferta de bolsas em 2020).

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

Esses recursos para as bolsas da **Capes** atendem à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Desde o começo, temos dito que é contingenciamento. Disseram: “é corte!”; “Vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúrdia” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro público, do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que a gente ia contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontinuar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que aquelas universidades que tinham “balbúrdia” não teriam recursos.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos

em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (recurso). Todo dia estou buscando solução numa crise dessa dimensão. O objetivo final não é gastar. O objetivo final é melhorar a educação.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. De 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (autarquia do MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e sou (ele é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuição de recursos para universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. Mandou rios de dinheiro, bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

Mas serão adotados outros indicadores para a distribuição de recursos?

Vai ser adotado. As pessoas vão ter que performar. Vou te dar um exemplo. Um diploma hoje em uma universidade federal, da primeira a última mensalidade custa, na média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto. Na ponta do lápis, a relação custo-benefício não está boa para a sociedade. E é isso que eu vou mostrar, estou mostrando, e tem gerado um grande desconforto.

É favorável à cobrança das universidades para quem pode pagar?

Sou contra. É burrice cobrar. Pelo seguinte, dos 100% de alunos das federais, dois terços são de escola pública e um terço é de escola privada. Só que escola privada de R\$ 700, R\$ 1000 de mensalidade. Tem 10% que vem de família que pode pagar. Só que desses 10%, que é o meu caso, eu tenho condições de pagar, meu filho entra na FGV e na federal de Minas Gerais, conta para mim, onde ele vai estudar? Lógico que não vai ser na federal de Minas. E se não for, vai estudar em Portugal, porque é mais barato do que a federal de Minas, ou vai estudar no Chile, ou vai estudar fora do Brasil, mas a relação custo-benefício está totalmente desbalanceada. E a gente começa a mudar isso com o Future-se.

Qual a sua avaliação sobre a retomada da economia?

Todos os dados estão positivos. Como ex-economista chefe, diria que (a economia) já pegou. Agora é só não fazer alguma coisa errada tipo não passar a reforma da Previdência no Senado. Vamos ter crescimento de 2,5 a 3% no ano que vem.

O presidente Jair Bolsonaro não está incomodado com a retomada mais lenta?

Não está. Te afirmo isso. Sou um ministro que tem hoje certa proximidade. Eu diria que hoje ele está bem otimista.

Future-se mira verba privada

O programa Future-se foi apresentado pelo MEC em junho como uma proposta de modernizar a gestão das 63 universidades federais do País e criar alternativa para a crise orçamentária das instituições. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captar recursos privados – como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público, “naming rights” e uso da Lei Rouanet.

Parte da comunidade acadêmica vê no projeto ameaça à autonomia das instituições. Reitores temem ainda haver corte de repasses do governo nos próximos anos e negam desperdício de dinheiro, como acusa o ministro. Especialistas dizem que diversificar fontes de recursos é bom, mas ainda apontam lacunas na proposta.

Algumas instituições – como as federais do Rio e de Brasília – já se manifestaram

contra o novo programa do MEC. O texto do Future-se ainda será enviado pelo governo ao Congresso.

topo ↕

FORBES - NOTÍCIAS

O caminho para mestrado e doutorado no exterior está mais curto

O Brasil formou cerca de 60 mil mestres e 20 mil doutores em 2016, segundo dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). No início da década, os números eram ainda mais tímidos: 58 doutores para cada 1 milhão de habitantes, muito atrás de países como Alemanha (318 doutores por milhão de habitantes) e Suíça (486). Apesar do recente crescimento em nossas estatísticas, o número de mestres e doutores continua baixo. Ainda é um desafio cursar uma pós-graduação stricto sensu (mestrados e doutorados) no país – os processos seletivos são rigorosos e o investimento, tanto financeiro quanto de tempo, é alto.

Muitos países vivem realidade semelhante. Por isso, essa demanda, aliada aos avanços tecnológicos da internet, deu origem aos moocs (massive open online courses), cursos online de baixo custo ou gratuitos e em grande escala. Plataformas firmaram parcerias com instituições internacionais de ensino para oferecer esses cursos – como os das UdeMY (fundada pelo turco Eren Bali em 2009), da EDX (criada em conjunto por MIT e Harvard em 2012) e da Coursera (idealizada por professores de Stanford também em 2012).

No Brasil, uma das plataformas a utilizar o sistema de moocs é a Integralize, fundada em 2018 pelo gaúcho Luan Trindade Feitosa. Graduado em direito e administração (atuou por 12 anos na direção de grandes empresas), ele atuava como captador de alunos para instituições estrangeiras quando percebeu a dimensão do desejo de muitos brasileiros de cursar um mestrado ou doutorado no Brasil e no exterior – e o impacto disso na vida das pessoas. “A empresa nasceu a partir de um tripé que impossibilitava a realização desse sonho. Primeiro ponto: a dificuldade de acesso. Os cursos de pós-graduação stricto sensu carregam com eles processos seletivos com um grau exagerado de rigor. Segundo: o valor do investimento sempre foi muito alto – tenho relatos de alunos que estavam divididos entre investir na casa própria ou no mestrado. Terceiro: a falta de tempo para se dedicar a um curso dessa natureza, tendo que conciliar trabalho, família e projetos pessoais”, afirma Feitosa.

A estratégia – que se mostraria pioneira – foi inverter o jogo justamente em cima desse tripé. “No quesito acessibilidade, surgiu a ideia da integralização de créditos educacionais, modelo já validado nos Estados Unidos e na Espanha. No Brasil, apesar de existir nas graduações (para complementação pedagógica e segunda licenciatura, por exemplo), quando se trata de mestrado e doutorado, esse sistema ainda é pouco conhecido”, afirma o empreendedor. Pela integralização de créditos, pode-se aproveitar disciplinas das pós-graduações lato sensu (especializações e MBAs) e convertê-las em um mestrado internacional ou então transformar um mestrado em doutorado internacional.

Sobre o investimento: “As parcerias com as universidades viabilizaram bolsas de 100% nas mensalidades”, comemora. Por fim, pensando na otimização do tempo dos interessados, a Integralize oferece a opção EAD (ensino a distância). A meta é beneficiar 300 mil alunos até julho de 2021.

* BrandVoice® é de responsabilidade exclusiva dos autores e não reflete, necessariamente, a opinião da Forbes Brasil e de seus editores

topo ↕

JORNAL PEQUENO - MA - TEMPO REAL

Governo libera quase R\$ 800 milhões em emendas parlamentares Recursos haviam sido alvo de contingenciamento no início do ano

O Ministério da Economia anunciou o desbloqueio de R\$ 799,66 milhões em emendas parlamentares impositivas. Os recursos haviam sido alvo de contingenciamento no início do ano. Agora, serão liberados R\$ 533,11 milhões para emendas individuais e R\$ 266,55 para emendas de bancada estadual.

Ao apresentar o relatório de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, destacou ainda a liberação de R\$ 8,30 bilhões para os ministérios e demais órgãos do Poder Executivo. O Ministério da Educação ficará com a maior parte (R\$ 1,99 bilhão).

Chance para gastar

Segundo o secretário, o desbloqueio foi possível devido à melhora na previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 0,81% para 0,85%; ao aumento na arrecadação de impostos; e às receitas de dividendos e participações repassadas à União pelas empresas estatais.

Com isso, o déficit primário no quarto bimestre ficou em R\$ 126,54 bilhões. Ante a meta fiscal de um déficit primário de R\$ 139 bilhões neste ano, houve uma “sobra” de R\$ 12,46 bilhões. E esse “excedente” – na verdade, uma oportunidade para gastar antes de atingir a meta fiscal – corresponde ao que está sendo distribuído agora.

Dinheiro para a educação

O rateio anunciado nesta sexta envolve ainda recursos resultantes de multa paga pela Petrobras devido à Operação Lava Jato, no valor de R\$ 2,66 bilhões. Educação infantil, com R\$ 1 bilhão, e o Programa Criança Feliz, com R\$ 250 milhões, foram agraciados – o governo Bolsonaro informou que a primeira infância será prioridade.

A multa da Petrobras destinará também R\$ 250 milhões para as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Waldery Rodrigues afirmou que, do dinheiro reservado para o Ministério da Educação, parte vai para as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Depois do pagamento feito no início do mês, ainda faltavam R\$ 330 milhões para cobrir as bolsas de pesquisa científica no País. Partidos cobravam o cumprimento de acordo que permitiu a Bolsonaro obter autorização do Congresso para descumprir a regra de ouro e emitir R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos para pagar despesas correntes.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão

A PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo criou cinco novos cursos de graduação com vagas disponíveis já para o vestibular deste ano.

Três deles farão parte da recém criada Faculdade de Estudos Interdisciplinares, que começa a funcionar em 2020 no campus Monte Alegre, em Perdizes (zona oeste de SP):

ciência de dados e inteligência artificial; gestão de práticas inclusivas; e tecnologia e processos gerenciais.

A nova graduação de ciências socioambientais será oferecida pela Faculdade de Ciências Sociais, no mesmo campus. Já a de jogos digitais, que já existe como curso tecnológico de dois anos na unidade da rua Marquês de Paranaguá (Consolação), vira bacharelado com o dobro da duração.

Segundo a reitora Maria Amalia Andery, a ampliação de opções no vestibular faz parte de uma nova fase da universidade, que, após grave crise financeira, há três anos deixou de fechar as contas no vermelho. “Estabilizada a PUC, é hora de ela voltar a crescer”, diz.

Ela afirma que os novos cursos deverão contar com metodologias que vêm ganhando espaço na educação superior, com maior protagonismo dos alunos, como o ensino por projetos.

Símbolo dessa ideia, a Faculdade de Estudos Interdisciplinares deverá ficar no edifício do campus Monte Alegre conhecido como prédio novo. De acordo com Maria Amalia, o local exato ainda está sob estudo.

Ela afirma ainda que parte dos professores das novas graduações serão os que já lecionam na PUC, mas haverá contratações, em número ainda a definir.

A reitora diz que, apesar de o déficit financeiro ter sido equacionado, são motivos de preocupação os cortes nas bolsas de pesquisa promovidos pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) e os projetos no Congresso que reduzem ou retiram a isenção tributária para instituições como a PUC.

Para mitigar o efeito dos cortes na graduação, a universidade decidiu manter o subsídio a programas de pós-graduação que tiveram novos benefícios cortados. Os alunos desses cursos terão que arcar com o valor que a **Capes** pagava, mas a PUC irá bancar o valor restante das mensalidades. A universidade trabalha ainda em um novo programa para oferecer bolsas por mérito.

[topo](#)

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

PUC-SP abre cursos de jogos digitais, ciência de dados e inclusão

A PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo criou cinco novos cursos de graduação com vagas disponíveis já para o vestibular deste ano.

Três deles farão parte da recém criada Faculdade de Estudos Interdisciplinares, que começa a funcionar em 2020 no campus Monte Alegre, em Perdizes (zona oeste de SP): ciência de dados e inteligência artificial; gestão de práticas inclusivas; e tecnologia e processos gerenciais.

A nova graduação de ciências socioambientais será oferecida pela Faculdade de Ciências Sociais, no mesmo campus. Já a de jogos digitais, que já existe como curso tecnológico de dois anos na unidade da rua Marquês de Paranaguá (Consolação), vira bacharelado com o dobro da duração.

Segundo a reitora Maria Amalia Andery, a ampliação de opções no vestibular faz parte de uma nova fase da universidade, que, após grave crise financeira, há três anos deixou de fechar as contas no vermelho. “Estabilizada a PUC, é hora de ela voltar a crescer”, diz.

Ela afirma que os novos cursos deverão contar com metodologias que vêm ganhando espaço na educação superior, com maior protagonismo dos alunos, como o ensino por projetos.

Símbolo dessa ideia, a Faculdade de Estudos Interdisciplinares deverá ficar no edifício do campus Monte Alegre conhecido como prédio novo. De acordo com Maria Amalia, o local exato ainda está sob estudo.

Ela afirma ainda que parte dos professores das novas graduações serão os que já lecionam na PUC, mas haverá contratações, em número ainda a definir.

A reitora diz que, apesar de o déficit financeiro ter sido equacionado, são motivos de preocupação os cortes nas bolsas de pesquisa promovidos pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) e os projetos no Congresso que reduzem ou retiram a isenção tributária para instituições como a PUC.

Para mitigar o efeito dos cortes na graduação, a universidade decidiu manter o subsídio a programas de pós-graduação que tiveram novos benefícios cortados. Os alunos desses cursos terão que arcar com o valor que a **Capes** pagava, mas a PUC irá bancar o valor restante das mensalidades. A universidade trabalha ainda em um novo programa para oferecer bolsas por mérito.

topo ↕

RONDONOTÍCIAS - RO - GERAL

**Professor sem Concurso poderá ser contratado após adesão ao Future-se
Regime CLT será obrigatório para as federais que entrarem no novo programa.
Modelo é mais barato para governo e dá menos benefício aos servidores**

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada). Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de “bomba-relógio”. Estudos do Ministério da Educação mostram que 85% da verba nas federais é gasta com

pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

De que forma?

Mandamos documento ao Ministério da Economia. O valor era de R\$ 16 bilhões de despesas discricionárias, me matava. Buscamos junto com a Economia soluções nesse sentido. Coisas vistas como “não tem jeito”. Tinham jeito, em busca de eficiência. Conseguimos mais R\$ 5 bilhões. Subiu para R\$ 21 bilhões. Agora apareceram mais R\$ 600 milhões (para oferta de bolsas em 2020).

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

Esses recursos para as bolsas da **Capes** atendem à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Desde o começo, temos dito que é contingenciamento. Disseram: “é corte!”; “Vai parar tudo!”. Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia “balbúria” nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro público, do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse que a gente ia contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que aquelas universidades que tinham “balbúrdia” não teriam recursos.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (recurso). Todo dia estou buscando solução numa crise dessa dimensão. O objetivo final não é gastar. O objetivo final é melhorar a educação.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. De 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (autarquia do MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir “gradualmente trocando” as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e sou (ele é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuição de recursos para universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: “tem de mandar mais recursos para educação”. Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação.

Mandou rios de dinheiro, bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

Mas serão adotados outros indicadores para a distribuição de recursos?

Vai ser adotado. As pessoas vão ter que performar. Vou te dar um exemplo. Um diploma hoje em uma universidade federal, da primeira a última mensalidade custa, na média, R\$ 450 mil para o pagador de imposto. Na ponta do lápis, a relação custo-benefício não está boa para a sociedade. E é isso que eu vou mostrar, estou mostrando, e tem gerado um grande desconforto.

É favorável à cobrança das universidades para quem pode pagar?

Sou contra. É burrice cobrar. Pelo seguinte, dos 100% de alunos das federais, dois terços são de escola pública e um terço é de escola privada. Só que escola privada de R\$ 700, R\$ 1000 de mensalidade. Tem 10% que vem de família que pode pagar. Só que desses 10%, que é o meu caso, eu tenho condições de pagar, meu filho entra na FGV e na federal de Minas Gerais, conta para mim, onde ele vai estudar? Lógico que não vai ser na federal de Minas. E se não for, vai estudar em Portugal, porque é mais barato do que a federal de Minas, ou vai estudar no Chile, ou vai estudar fora do Brasil, mas a relação custo-benefício está totalmente desbalanceada. E a gente começa a mudar isso com o Future-se.

Qual a sua avaliação sobre a retomada da economia?

Todos os dados estão positivos. Como ex-economista chefe, diria que (a economia) já pegou. Agora é só não fazer alguma coisa errada tipo não passar a reforma da Previdência no Senado. Vamos ter crescimento de 2,5 a 3% no ano que vem.

O presidente Jair Bolsonaro não está incomodado com a retomada mais lenta?

Não está. Te afirmo isso. Sou um ministro que tem hoje certa proximidade. Eu diria que hoje ele está bem otimista.

Future-se mira verba privada

O programa Future-se foi apresentado pelo MEC em junho como uma proposta de modernizar a gestão das 63 universidades federais do País e criar alternativa para a crise orçamentária das instituições. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captar recursos privados – como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público, “naming rights” e uso da Lei Rouanet.

Parte da comunidade acadêmica vê no projeto ameaça à autonomia das instituições. Reitores temem ainda haver corte de repasses do governo nos próximos anos e negam desperdício de dinheiro, como acusa o ministro. Especialistas dizem que diversificar fontes de recursos é bom, mas ainda apontam lacunas na proposta.

Algumas instituições – como as federais do Rio e de Brasília – já se manifestaram contra o novo programa do MEC. O texto do Future-se ainda será enviado pelo governo ao Congresso.

topo ↕

TRIBUNA DO PLANALTO - GO - TEMPO REAL

Governo libera quase R\$ 800 milhões em emendas parlamentares

O Ministério da Economia anunciou na sexta-feira, 20, o desbloqueio de R\$ 799,66 milhões em emendas parlamentares impositivas. Os recursos haviam sido alvo de contingenciamento no início do ano. Agora, serão liberados R\$ 533,11 milhões para emendas individuais e R\$ 266,55 para emendas de bancada estadual.

Ao apresentar o relatório de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, destacou ainda a liberação de R\$ 8,30 bilhões para os ministérios e demais órgãos do Poder Executivo. O Ministério da Educação ficará com a maior parte (R\$ 1,99 bilhão).

Chance para gastar

Segundo o secretário, o desbloqueio foi possível devido à melhora na previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 0,81% para 0,85%; ao aumento na arrecadação de impostos; e às receitas de dividendos e participações repassadas à União pelas empresas estatais.

Com isso, o déficit primário no quarto bimestre ficou em R\$ 126,54 bilhões. Ante a meta fiscal de um déficit primário de R\$ 139 bilhões neste ano, houve uma “sobra” de R\$ 12,46 bilhões. E esse “excedente” – na verdade, uma oportunidade para gastar antes de atingir a meta fiscal – corresponde ao que está sendo distribuído agora.

Dinheiro para a educação

O rateio anunciado nesta sexta envolve ainda recursos resultantes de multa paga pela Petrobras devido à Operação Lava Jato, no valor de R\$ 2,66 bilhões. Educação infantil, com R\$ 1 bilhão, e o Programa Criança Feliz, com R\$ 250 milhões, foram agraciados – o governo Bolsonaro informou que a primeira infância será prioridade.

A multa da Petrobras destinará também R\$ 250 milhões para as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Waldery Rodrigues afirmou que, do dinheiro reservado para o Ministério da Educação, parte vai para as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Depois do pagamento feito no início do mês, ainda faltavam R\$ 330 milhões para cobrir as bolsas de pesquisa científica no País. Partidos cobravam o cumprimento de acordo que permitiu a Bolsonaro obter autorização do Congresso para descumprir a regra de ouro e emitir R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos para pagar despesas correntes.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

IFNMG abre vagas para cursos técnicos e superiores em várias cidades de Minas Gerais

Os interessados devem inscrever-se pela internet, até o dia 31 de outubro, as aulas começam no primeiro semestre de 2020.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais está com inscrições abertas para o processo seletivo e vestibular que irão selecionar estudantes para os cursos técnicos e superiores da instituição. Os candidatos podem se inscrever até 31 de outubro e as aulas começam no primeiro semestre de 2020.

CLIPPING



Segundo o IFNMG, estão sendo oferecidas 1.353 vagas para cursos superiores em Almenara, Araçuaí, Arinos, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. Os candidatos do vestibular farão provas no dia 1º de dezembro.

Em relação aos cursos técnicos, são 1.693 oportunidades para Almenara, Arinos, Diamantina, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni e também pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CEAD). As vagas para essa edital são distribuídas entre as modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio. As provas serão aplicadas em 8 de dezembro.

Inscrição

Os interessados em fazer o vestibular, pagarão uma taxa de R\$ 45 para a inscrição, já para os que fazem o processo seletivo, o valor é de R\$ 30. Os candidatos que tiverem renda per capita igual ou menor que um salário e meio pode requerer a isenção das taxas, é preciso ainda ter cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral em escola da rede privada. A isenção deve ser pedida na página de inscrição até oito de outubro.

Campus Araçuaí

O IFNMG destaca que haverá um processo específico para o campus Araçuaí. As inscrições para o preenchimento de vagas nos cursos técnicos disponíveis vão de 30 de setembro a 15 de novembro e serão gratuitas. Não haverá prova e a seleção será feita pelas notas do ensino fundamental.